

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Deflação de preços no atacado já afeta arrecadação federal 3

PORTAL UOL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Apesar de restabelecer o voto de qualidade, PL do Carf apresenta pontos favoráveis aos contribuintes 5

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Limite para a carga tributária seria inútil (Artigo) 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Corte afasta IRPF sobre previdência privada 9

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Jair Renan pegou itens privados de Bolsonaro 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuintes vencem no STJ primeiro julgamento sobre amortização de ágio 11

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Transparência nas decisões do STF é inegociável (Editorial) 13

A GAZETA - MT - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Desoneração faz gerar emprego 14

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
SERVIDOR PÚBLICO

Assédio sexual renderá demissão de servidor federal 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Haddad defende texto que limita supersalários no funcionalismo 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

"Recebo com satisfação" gesto do governo, diz Lira 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Supersalários na mira 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Testando os limites da irresponsabilidade - ZEINA LATIF 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

GT vai debater reforma administrativa 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Reforma ministerial deve ser anunciada hoje.....24

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
POLÍTICA

Presidente recebe ministros ameaçados, mas PP trava reforma.....26

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Técnicos da Fazenda temem que pressão por déficit zero provoque atropelo na reforma tributária.....27

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A polêmica dos Fundos Estaduais e o que prevê a reforma tributária.....29

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por que os ricos pagam menos impostos que os mais pobres?.....31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Empresários lutam contra "chuva de impostos" - BRASÍLIA - DF.....32

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O Brasil se tornou o país das reformas - e isso é ótimo - MERCADO S/A.....33

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O dever de cortar gastos. (Editorial).....35

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mesmo com queda do lucro, BrasilAgro pagará R\$ 320 milhões em dividendos.....36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Instituições elevam projeção de alta do PIB.....37

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Atividade econômica global desacelera.....38

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

AL e Caribe seguem presos em dinâmica de baixo crescimento, diz Cepal.....39

Deflação de preços no atacado já afeta arrecadação federal

Marcelo Osakabe

A deflação dos preços no atacado é um dos fatores por trás da piora da arrecadação de **tributos** neste ano. A dinâmica recente das receitas com **tributos** afasta ainda a tese de que o país viveu uma melhora estrutural da arrecadação, como chegou a argumentar a equipe do então ministro da Economia, Paulo Guedes, e que foi usada para justificar as desonerações realizadas pelo governo federal no passado, como a dos combustíveis e do IPI.

O tema foi abordado na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao comentar o projeto de Orçamento de 2024. Ele falou que a equipe econômica precisou antecipar o envio de algumas medidas de arrecadação justamente porque, nos modelos da **receita federal**, o peso do IGP é muito grande para corrigir a projeção das receitas futuras. "E o IGP está em deflação este ano (...) O que é discrepante da despesa, que a gente projeta pela **inflação** oficial." No acumulado dos oito primeiros meses do ano, o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) acumula deflação de 5,28%. Em 12 meses, a queda é de 7,20%. É uma forte reviravolta em relação ao período anterior, quando os preços no atacado explodiram em meio ao choque dos preços de commodities e problemas com as cadeias globais de suprimentos.

Em maio de 2021, o indicador em 12 meses apontava alta de 37%.

Já a arrecadação federal alcançou R\$ 201,8 bilhões em julho, queda real de 4,2% na comparação com o mesmo mês do ano passado.

No acumulado do ano, a arrecadação teve queda real de 0,39%.

Neste caso, há também um forte contraste: em julho de 2022, em meio a uma sucessão de recordes, a arrecadação teve alta real de 7,47% sobre o mesmo mês de 2021 e 10,44% no acumulado do ano.

Uma variação mais alta dos preços no atacado, na comparação com a **inflação** do consumidor, afeta positivamente o endividamento por dois canais. O primeiro é propriamente sobre a arrecadação, já que o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) reagem muito mais fortemente ao IGP-M que ao IPCA.

"Quando a arrecadação começou a surpreender sistematicamente na pandemia, teve esse debate sobre se a elasticidade da arrecadação em relação ao **PIB** havia aumentado e se passaríamos a arrecadar estruturalmente mais.

Mas já naquele momento também surgiu uma outra resposta - que a gente achava melhor - de que a elasticidade das receitas em relação à variação do **PIB** não mudou, o que houve foi um choque inflacionário que mexeu nos preços relativos e isso aumentou arrecadação de alguns setores", diz Mariana Silva de Freitas, economista do Bradesco.

Historicamente, diz Mariana, a relação IGP/IPCA oscilava perto de 1,3, mas saltou a 1,7 no choque recente. Desde então, retrocedeu para perto de 1,5. Apenas esse retorno parcial significou cerca de R\$ 30 bilhões a menos em arrecadação, calcula.

O segundo vetor pelo qual o salto dos preços do atacado influencia o endividamento é através do chamado deflator do **PIB**, indicador que desconta a alta de preços para calcular o desempenho real da economia. Ele foi de 11,4% em 2021 e 8,2% em 2022, contra um IPCA de 10,06% e 5,79%, respectivamente.

Essa diferença é importante porque é o IPCA que corrige as despesas do governo. Logo, se o **PIB** (e a arrecadação) cresce a uma velocidade superior à dos gastos, a razão dívida/**PIB** cai.

Ocorre que esse choque de preços relativos começou a retroceder, mas não voltou inteiramente à tendência pré-pandemia e também não existe um bom motivo para que isso não ocorra em algum momento, afirma Mariana. Em suas contas, caso a relação IGP/IPCA retornasse à tendência, esse movimento poderia tirar 1,5% do **PIB** em termos de arrecadação do setor público e pressão adicional de cerca de 1,5 ponto percentual sobre a relação dívida/**PIB**.

Uma volta rápida à tendência pré-pandemia, no entanto, não é o cenário base. Após a deflação do IGP-M em 12 meses beirar os 8% em julho, ela desacelerou para 7,20% em agosto e deve continuar refluindo. O Bradesco prevê que encerre 2023 em -

4,5% e volte ao terreno positivo em 2024. Já o Santander espera contração de 3,4% e alta de 4% para o indicador neste e no próximo ano, respectivamente.

"A melhor fase em relação a essa questão para o fiscal ficou para trás. Daqui em diante, preocupa o quanto essa relação vai devolver", diz Italo Franca, economista do Santander. "Nas nossas projeções, a gente espera que esse patamar se estabilize acima da tendência pré-pandemia. Não é um ganho estrutural, mas de nível da arrecadação, porque essa mudança dos preços relativos não deve se reverter completamente." Em seus cálculos, ele também chega a uma melhora na arrecadação de 1,5% do **PIB** com o pico recente dos preços no atacado.

Desse total, no entanto, ele crê que 0,5 ponto vai permanecer.

Um terceiro fator que ajudou no período e guarda ligação com o IGP, mas também tem refluído, é a arrecadação com insumos naturais, como petróleo e minério de ferro. "O lançamento dessas receitas em 2022 foi de R\$ 132 bilhões, um crescimento expressivo em relação aos R\$ 94 bilhões de 2021", observa o economista da Tendências Consultoria, Silvio Campos Neto. "Neste ano, a gente já observa o movimento inverso, a arrecadação acumulada do primeiro semestre nessa conta ficou R\$ 10 bilhões menor do no mesmo período do ano passado. Não é algo dramático, mas acaba se somando a outras frustrações." Myriã Bast, também do Bradesco, ressalta que esses efeitos já eram, em grande parte, esperados, na esteira do arrefecimento dos preços de commodities e bens industriais depois da normalização das cadeias produtivas globais. Ao mesmo tempo, ela pondera que a relação entre preços do atacado e a arrecadação conta apenas parte da história.

"A **inflação** mais baixa que colhemos com a queda dos IGPs ajuda menos a arrecadação, mas também permite reduzir a Selic." A desaceleração da arrecadação, em cenário que já era de aceleração das despesas, corroe os resultados primários do governo, que passou a mostrar déficit em 12 meses desde junho deste ano. O resultado foi negativo em R\$ 35,9 bilhões em julho, o segundo maior déficit primário para o mês desde 1997, em dados já corrigidos pela **inflação**, segundo o Tesouro.

"A conjuntura fiscal vai ser muito mais difícil daqui para a frente. A atividade vai ter desaceleração e não vai acontecer esse ganho fácil trazido pela **inflação**."

O que vai precisar acontecer é encontrar fonte de receita e reduzir os juros", resume Myriã.

"Conjuntura fiscal vai ser muito mais difícil daqui para a frente" Myriã Bast

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230905/>

Apesar de restabelecer o voto de qualidade, PL do Carf apresenta pontos favoráveis aos contribuintes

6.set.2023 às 7h00

A partir da análise do percurso do PL do **Carf** no Senado Federal, desde a sua recepção até a sua aprovação na quarta-feira (30), observa-se que os senadores consideraram as alterações promovidas pela Câmara de Deputados suficientes para adequação do texto inicialmente proposto para esse PL, ao promoverem apenas dois ajustes, ambos de redação, sem qualquer alteração significativa no conteúdo do substitutivo aprovado pelos deputados.

O texto trouxe um importante avanço para permitir a utilização de créditos de prejuízo fiscal IRPJ e de base de cálculo negativa de CSLL nas transações por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica, o que torna mais atrativa aos contribuintes a adesão a essa modalidade de transação.

Importante ponto foi a manutenção, pelo Senado, da previsão do imediato cancelamento das multas e das representações fiscais para fins penais em relação às cobranças mantidas em razão da aplicação do voto de qualidade pelo **Carf**. Havendo dúvida razoável acerca dos efeitos da aplicação da norma jurídica tributária abstrata ao caso concreto, não seria plausível admitir a manutenção da multa e mesmo a automática imputação de responsabilidade fiscal para fins penais a um sujeito que adotou conduta revestida de razoabilidade.

Essa razoabilidade, aliás, ainda ensejou a previsão de que o contribuinte que optar por discutir judicialmente crédito tributário constituído por voto de qualidade, estará dispensado da exigência de apresentar garantia, desde que comprovada a sua capacidade de pagamento, conforme exigências previstas no §2º do artigo 4º do PL e, ainda, que tenha certidão de regularidade fiscal federal válida por mais de três meses nos 12 anteriores ao ajuizamento da medida judicial.

Merece destaque que o legislador se preocupou em indicar os elementos a serem apresentados pelo contribuinte para a aferição da sua capacidade de pagamento, adotando como base o seu patrimônio

líquido, conforme se extrai da leitura do artigo 4º, § 2º, do PL Ainda assim, ao dispor que caberá à Procuradoria da Fazenda Nacional disciplinar a aplicação desta prerrogativa, observa-se um espaço para eventual discricionariedade nesta regulamentação, pois a lei, por exemplo, não estipula um parâmetro de patrimônio líquido suficiente para evidenciar a capacidade de pagamento do contribuinte, permitindo que o Ente Público o faça.

O PL aprovado pelo Senado foi bastante feliz ao modificar a Lei de Execuções Fiscais para, expressamente, condicionar a liquidação da caução realizada por meio de fiança bancária ou de seguro garantia ao trânsito em julgado de decisão de mérito desfavorável ao contribuinte, vedando expressamente a sua liquidação antecipada e, ainda, estipular a obrigatoriedade de a Fazenda Pública, caso vencida, ter que restituir as despesas incorridas pelo contribuinte para o oferecimento, a contratação e a manutenção das garantias. Esses eram temas sensíveis que, ao longo do tempo, provocaram um grande volume de contencioso judicial e hoje representam disputas acirradas, com uma jurisprudência que vinha se consolidando em desfavor dos contribuintes.

Diante das sucessivas reviravoltas legislativas em relação ao desfecho dos julgamentos do **Carf** quando há empate, se observou, ao menos, a busca de um ponto de interseção entre o contribuinte e o Fisco, com a previsão de exclusão da multa e da automática imputação de responsabilidade fiscal para fins penais em relação ao crédito tributário constituído por voto de qualidade e, ainda, a possibilidade de exclusão dos juros de mora nos casos em que contribuinte manifeste efetivo interesse na quitação do débito dentro do prazo de 90 dias, que ainda poderá ser parcelado em até 12 parcelas.

Esse PL também apresentou pertinentes alterações na atual sistemática de julgamento no âmbito do contencioso administrativo fiscal federal, ao garantir ao procurador do sujeito passivo a realização de sustentação oral nos julgamentos realizados pelos órgãos colegiados, o que engloba as Delegacias de Julgamentos da **Receita Federal** (DRJs), em oposição

ao cenário atual, no qual é vedado aos patronos acompanharem as sessões das DRJs.

Como importante progresso na direção da uniformização do entendimento exarado pelas instâncias julgadoras da Administração Fiscal Federal, o PL aprovado prevê a atribuição de efeito vinculante às súmulas do **Carf** em relação aos órgãos colegiados que compõem a Secretaria da **Receita Federal**. Com isso, se pretende obter maior segurança jurídica e previsibilidade nos pronunciamentos de todas as instâncias julgadoras administrativas federais.

Quanto aos contornos em relação à conformidade tributária, o projeto prevê que, caso sejam identificadas divergências em relação à aplicação da **legislação tributária** ou mesmo inconsistências quanto ao cumprimento de obrigações principais e acessórias relativas a **tributos** administrados pela **Receita Federal do Brasil**, o contribuinte será **comunicado**, previamente a qualquer intimação, para promover a autorregularização, sem que isso seja considerado início de procedimento fiscal. Trata-se de uma medida relevante, diante da reconhecida complexidade do sistema tributário brasileiro.

Além de outras previsões, pode-se afirmar que, em linhas gerais, a evolução do texto original do PL 2.384/2023 é significativa, pois apesar de manter o voto de qualidade a favor do Fisco como critério de desempate nas disputas no âmbito do **Carf**, traz importantes avanços em prol dos contribuintes, que agora têm equalizados alguns temas que eram bem sensíveis e caros no dia a dia do contencioso tributário federal.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2023/09/apesar-de-restabelecer-o-voto-de-qualidade-pl-do-carf-apresenta-pontos-favoraveis-aos-contribuintes.shtml>

Limite para a carga tributária seria inútil (Artigo)

Nilson Teixeira

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço, twitter e threads @EconomicsArtBRL

Alguns parlamentares têm defendido que o Congresso imponha um limite máximo para a carga tributária. Ao limitar o aumento de **impostos**, a expectativa é de que o governo e o Congresso sejam forçados a controlar os gastos em algum momento.

A experiência mostra, porém, que os limites dessa natureza dificilmente são restritivos, pois o Congresso, em geral, abre exceções para evitar as consequências da sua implementação.

A regra do teto de gastos é um exemplo de fracasso na implementação de limites. O cumprimento só foi possível no início da sua vigência porque a referência inicial foi estipulada em um patamar suficientemente alto para acomodar as despesas. Após esse período, governo e Congresso passaram a desconsiderar alguns itens para efeito de cumprimento do teto para evitar o necessário contingenciamento de outras despesas para substituir gastos inesperados ou mais prioritários. Um outro exemplo da ineficiência na imposição de limites é o que estabelece que nenhuma remuneração no serviço público pode ultrapassar o teto constitucional definido pelo salário dos ministros do STF. Apesar de fazer sentido, a regra é inócua. No Judiciário, o salário médio dos magistrados é muito superior ao teto, pois os órgãos de controle retiraram alguns pagamentos extras dos valores sujeitos ao teto. O Executivo segue a mesma fórmula ao não considerar o pagamento por participação em conselhos de empresas estatais como item sujeito ao teto. O Legislativo também estipula uma série de verbas que não fazem parte da limitação imposta pela Constituição aos salários dos congressistas. Da mesma forma, as empresas 100% controladas pelo Estado também conseguem escapar da limitação imposta por essa regra.

O recém aprovado arcabouço fiscal já embute exceções para alguns gastos, como os do Fundeb e os da saúde. Além de o novo arcabouço não estipular penalidades rígidas para o caso de seu descumprimento, a história recente comprova que a exclusão de gastos específicos do cômputo será a

reação mais provável na eventualidade de ser preciso um contingenciamento de despesas mais significativo.

Nesse sentido, a imposição de um limite para a carga tributária como proporção do **PIB** é infrutífera, mesmo que, em tese, possa fazer sentido. Há vários entraves para a adoção dessa regra, entre os quais a dificuldade de controlar ou projetar receitas fiscais, que dependem de diversos fatores de difícil antecipação, como o crescimento do **PIB**, a elasticidade de diversos **impostos** à atividade, o nível de receitas não recorrentes e o volume de dividendos de empresas públicas. Mais importante do que isso, a captura do Estado por vários grupos de interesse e a percepção da sociedade de que é obrigação do Estado atender as necessidades da população têm exigido o aumento da tributação.

Assim, a regra só seria cumprida caso o limite escolhido não fosse muito restritivo.

Em vez de se dispender esforços na formulação e na aprovação dessa nova regra, seria mais oportuno se o Congresso revisasse as normas constitucionais referentes aos gastos. Desde a promulgação da Constituição de 1988, o Congresso aprova medidas que estipulam que algumas despesas e transferências precisam respeitar proporcionalidade mínima em relação ao **PIB** ou à arrecadação de **impostos** e contribuições específicas. Além disso, a Constituição também estabelece a expansão mínima de certas despesas de acordo com a **inflação** do ano anterior.

Esse engessamento do orçamento é tamanho que a parcela mandatária já supera 90% dos gastos totais. Como as despesas obrigatórias crescem organicamente, os gastos discricionários têm diminuído em termos proporcionais.

Com o Legislativo se apropriando de parcela crescente das despesas discricionárias, o Executivo tem cada vez menos espaço para implementação de programas de governo, ainda mais com uma parte considerável dos recursos sendo necessariamente vinculada a itens específicos.

As regras relativas à evolução das despesas com o funcionalismo, a **Previdência Social**, a educação e a saúde, bem como as transferências para entes regionais e diversos fundos constitucionais, precisam

ser rediscutidas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Caso essas normas não sejam revistas, as despesas obrigatórias ocuparão todo o orçamento em algum momento, com o governo e o Congresso passando a não ter ingerência sobre as contas públicas. Embora pareça impossível, alguns governos de entes regionais já experimentaram essa situação, com a quase totalidade de seus orçamentos direcionada para pagamento de servidores ativos e inativos, amortização de dívidas e dispêndios com saúde e educação.

A saída usual para absorver a ampliação dos gastos obrigatórios tem sido a de encontrar novas formas de arrecadação - difícil para entes regionais - ou postergar o pagamento de dívidas.

Recentemente, o governo federal postergou o pagamento de precatórios, enquanto alguns Estados, autorizados pelo STF, deixaram de pagar temporariamente dívidas com o governo federal.

A ausência de uma fiscalização tempestiva, a inexistência de planejamento de qualidade no uso de todos os recursos públicos e falta de avaliação dos programas de governo dificultam ainda mais o sucesso de regras que impõem limites de gastos e, por questões de sustentabilidade fiscal, das receitas. A divulgação de análises já elaboradas pela secretaria que avalia políticas públicas no Ministério do Planejamento e Orçamento, em particular sobre os programas ineficazes, seria um passo relevante para induzir o governo e o Congresso a ajustarem essas iniciativas e, até mesmo, a redirecionarem os recursos para outras finalidades.

Em suma, a história comprova a criação recorrente de subterfúgios para tornar desnecessário o cumprimento de regras e limites fiscais definidos na Constituição ou em leis. O estabelecimento de um novo limite, desta vez para a carga tributária, seria igualmente inútil.

Congresso, em geral, abre exceções para evitar as consequências da implementação das restrições

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230905/>

Corte afasta IRPF sobre previdência privada

Beatriz Olivon De Brasília

Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou um participante de plano de previdência privada a deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) valores de contribuições extraordinárias destinados à recomposição de fundo deficitário de entidade fechada.

O julgamento foi realizado ontem pela 1ª Turma.

O tema chegou ao STJ por meio de um recurso da Fazenda Nacional contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), com sede no Rio de Janeiro.

Os desembargadores foram favoráveis à dedução das contribuições extraordinárias, observado o limite anual de 12% (AREsp 1890367).

No recurso, a Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN) defende que as contribuições normais se diferenciam das extraordinárias e, por isso, não poderiam ter o mesmo tratamento tributário. Já para o contribuinte, como não há alternativa a não ser pagar a contribuição extraordinária, não poderia ser tributada como renda, por representar um prejuízo econômico e jurídico.

Na sessão de julgamento, o procurador Gustavo Franco, representante da Fazenda Nacional, alegou que as contribuições normais são destinadas ao custeio dos planos e as extraordinárias estão indiretamente associadas ao custeio dos benefícios assemelhados aos da **Previdência Social**. "São verdadeiramente contribuições excepcionais", afirmou ele, em defesa oral.

Segundo o procurador, as contribuições destinadas ao custeio do plano são dedutíveis para fins de Imposto de Renda, conforme a Lei Complementar nº 109, de 2001, mas as extraordinárias não. "O que está sendo tributado não é a contribuição em si, mas parte da renda do participante", afirmou Franco.

Para ele, não se trata de receita indenizatória nem de dupla tributação.

Isso porque, acrescentou o procurador, a contribuição normal é dedutível e a incidência do Imposto de Renda só acontece no momento do recebimento do benefício previdenciário.

Relator do processo, o ministro Gurgel de Faria, porém, negou o pedido apresentado pela Fazenda Nacional. No seu entendimento, a Lei Complementar nº 109 indica que todas as contribuições para constituir reservas - sejam normais ou extraordinárias - têm o objetivo de pagar benefício previdenciário.

Assim, de acordo com o ministro, seria inviável pensar que o pagamento feito pelo participante, pela constatação de que reservas financeiras do fundo estão deficitárias e precisam ser recompostas, tenha função diferente do que recompor o fundo deficitário.

"As contribuições extraordinárias pagas para equacionar o resultado deficitário nos planos de previdência privada podem ser deduzidas da base de cálculo do IRPF observado o limite legal, que é de 12%, do total de rendimentos computados na determinação da base de cálculo do imposto devida na declaração de rendimentos", concluiu o relator, que foi seguido à unanimidade pela turma julgadora.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20230905/>

Jair Renan pegou itens privados de Bolsonaro

No governo passado, Jair Renan Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi ao Palácio do Planalto pegar itens privados do pai para si. A afirmação é de Marcelo Vieira, que chefiou o Gabinete Adjunto de Documentação Histórica da Presidência da República (GADH), órgão responsável por definir quais objetos devem ir para o acervo pessoal do chefe do Executivo ou não.

Em entrevista à GloboNews nesta terça-feira, Vieira disse que Jair Renan esteve no gabinete de documentação histórica para pegar itens de baixo valor, como um boneco e uma camiseta camuflada. Segundo o ex-funcionário, os objetos foram levados em outro dia, após Bolsonaro conversar em particular com o filho e autorizar a retirada.

"O acervo é privado, ele é do presidente, eu só sou o guardião. A partir do momento que ele (Bolsonaro) fala "entrega", eu registro como entregue e doravante é responsabilidade do próprio presidente. E aí o presidente só diz para ele "manda o Renan subir e vir falar comigo", afirmou Vieira.

Segundo ele, os itens levados por Jair Renan não faziam parte do acervo público da União, sendo objetos considerados como "personalíssimos" do ex-presidente. Vieira trabalhou no gabinete entre 2017 e janeiro deste ano, quando foi exonerado pelo presidente Lula. A reportagem procurou Jair Renan, por meio do advogado, mas não obteve retorno até a publicação deste texto.

Mauro Cid Marcelo Vieira também disse que o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, dizia que todos os itens recebidos no governo Bolsonaro eram personalíssimos do ex-presidente. Vieira afirma que tentou contestar Cid nos quatro anos de mandato, mas não sabe se ele "não entendia ou se entrava por um ouvido e saía pelo outro".

"O Cid já chegava dizendo que aquilo era personalíssimo. E eu falava assim: "pelo amor de Deus, isso não é personalíssimo". (...) Eu passei quatro anos explicando isso para ele. E ele continuou. Eu não sei se ele não entendia ou se entrava por um ouvido e saía pelo outro." O ex-funcionário também afirmou que Cid não consultava formalmente o gabinete para questionar sobre a possibilidade de venda dos

presentes, preferindo discutir o assunto em "conversas informais". Em uma ocasião, o ex-ajudante de ordens pediu para que ele assinasse um ofício, três dias antes do fim do mandato de Bolsonaro na Presidência, para autorizar a liberação de um kit de joias que foram retidos em outubro de 2021 pela **Receita Federal**.

O ex-funcionário disse que ligou para Cid para avisar que não assinaria o documento, porque o presente era de propriedade da União e não pertencia ao acervo privado de Bolsonaro. O tenente-coronel teria, então, solicitado que Vieira explicasse a situação para o "chefe", em referência ao ex-presidente.

"Ele (Mauro Cid) estava do lado do presidente, e passa e fala: "Marcelo, então explica para o chefe (Bolsonaro)". Eu, resumidamente, explico isso para o chefe, o presidente da República, e ele só fala assim: "Ok, obrigado". E desliga", disse Marcelo Vieira.

A retenção dos itens pela Receita foi revelada pelo jornal O Estado de S.Paulo em março deste ano. A reportagem mostrou que membros do governo Bolsonaro tentaram trazer ilegalmente para o Brasil um pacote entregue pelo governo da Arábia Saudita, que continha joias com colar, anel, relógio e um par de brincos de diamantes.

Contribuintes vencem no STJ primeiro julgamento sobre amortização de ágio

Beatriz Olivon De Brasília

Os contribuintes conseguiram vencer ontem o primeiro julgamento sobre ágio no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O caso, analisado pela 1ª Turma, é da Cremer, que afastou cobrança de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL pela **Receita Federal**. A decisão foi unânime.

O precedente inédito, segundo tributaristas, pode ser levado em consideração pelas empresas que vierem a ser derrotadas agora por meio do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. São processos de valores elevados e que costumam dividir os conselheiros, sendo decididos normalmente no desempate - agora de volta às mãos do presidente da turma julgadora, representante da Fazenda.

O assunto foi pouco julgado no Judiciário e não há jurisprudência consolidada, em razão de as decisões dependerem de como cada operação foi estruturada. A segunda instância tem diferentes entendimentos sobre o tema.

Com essa indefinição, de acordo com tributaristas, as empresas devem levar em consideração, além do precedente, a possibilidade de, após derrota no **Carf**, optarem por uma transação tributária, pagando os valores devidos sem juros e multa, mas com o compromisso de não recorrerem ao Judiciário - previsão que consta no projeto de lei do **Carf**, que aguarda sanção presidencial.

A decisão do STJ foi dada em recurso da Fazenda Nacional contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que afastou a tributação sobre ágio amortizado na apuração do lucro real nos exercícios seguintes à incorporação da Cremerpar pela Cremer, ocorrida no ano de 2004.

A operação que gerou o ágio foi a compra do controle da Cremer pelo Banco Merrill Lynch. A operação foi realizada em três etapas. Primeiro os controladores da Cremer formaram a Cremerpar para reunir suas participações.

Na sequência, com aporte da instituição financeira, compraram as ações dos minoritários. A terceira etapa foi a aquisição do controle da Cremer pelo Merrill Lynch.

Os antigos controladores seguiram com participação diluída. Cada etapa gerou ágio. A **Receita Federal** não questionou o segundo ágio, gerado com a compra da participação dos minoritários. Mas autou valores referentes aos outros dois (REsp 2026473).

Em sustentação oral, a procuradora Caroline Silveira, da Fazenda Nacional, afirmou que a reorganização societária não tem os elementos jurídicos que possibilitariam gerar ágio passível de dedução fiscal. A dedutibilidade, acrescentou, é exceção na regra fiscal, permitindo amortização do ágio desde que preenchidos requisitos legais - como a expectativa de rentabilidade futura e a confusão patrimonial entre investidora e investida. "A Cremerpar é uma empresa de prateleira, sem atividade econômica", disse.

No voto, o relator, ministro Gurgel de Faria, afirmou que, em regra, o ágio pode ser deduzido fiscalmente como custo apenas quando há alienação, extinção ou baixa de investimento. A exceção, segundo os artigos 7 e 8 da Lei nº 9532, de 1997, ocorre quando a participação societária é extinta em caso de fusão, incorporação ou cisão.

Segundo o relator, embora seja justificável a preocupação quanto às organizações societárias exclusivamente artificiais, a Fazenda não pode impedir a dedutibilidade, por si só, do ágio nas hipóteses em que o instituto é decorrente da relação entre "partes dependentes", como no ágio interno, ou quando há o uso da chamada "empresa veículo".

Se há preocupação com operações artificiais, disse Gurgel de Faria, cabe ao Fisco, caso a caso, demonstrar a artificialidade, sem pressupor que a existência de ágio entre partes dependentes ou com o emprego de empresa veículo seria abusiva.

Há, no caso, de acordo com o relator, razões reais para o uso de empresa veículo. "Quando a investidora é empresa estrangeira é ainda mais justificável o emprego da empresa veículo." Ainda segundo o relator, os artigos 7 e 8 da Lei nº 9532, de 1997, não impedem operações entre partes dependentes ou mediante o emprego de empresa interposta.

Quando o legislador quis impedir o ágio interno, afirmou Gurgel de Faria, demonstrou essa intenção de

forma direta, por meio da Lei nº 12.973 de 2014, "o que evidencia que antes não havia vedação ao ágio interno".

No caso concreto, destacou o relator, a criação da Cremerpar tinha propósito comercial. "A substância econômica do negócio jurídico existe. Não havendo que se falar em fraude", disse ele.

Mais que uma faculdade, acrescentou, era uma necessidade do investidor estrangeiro.

Em seu voto, Gurgel de Faria ainda lembrou que a **Receita Federal** não identificou nenhuma fraude, tanto que não foi imposta a multa qualificada de 150%. Tanto requisitos formais quanto materiais dos artigos 7 e 8 da Lei nº 9532, de 1997, foram cumpridos, de acordo com o relator.

Advogado da Cremer, Guilherme Pereira das Neves, sócio do escritório Neves e Battendieri, explicou, após o julgamento, que a decisão não vincula juridicamente o **Carf**, mas o voto deixa alguns recados, favoráveis a casos que têm o que a Receita chama de "empresa veículo".

O caso, afirmou, é similar a muitos que tramitam no **Carf** e envolvem estrangeiro que cria uma empresa veículo no Brasil para incorporação.

Para o advogado, apesar do precedente positivo, as empresas precisam analisar, ante futuras decisões por voto de qualidade, se o desconto sobre juros e multa é relevante em relação ao valor total.

De acordo com João Marcos Colussi, sócio no escritório Mattos Filho, esse precedente e os julgados nos tribunais regionais federais que deram ganho de causa sinalizam uma análise técnica e favorável aos contribuintes que discutem as exigências fiscais relativas à amortização do ágio.

Mas a decisão sobre continuar a discutir a questão ante as reduções previstas no projeto de lei do **Carf**, disse o advogado, dependerá da análise de cada situação, considerando questões gerenciais e sobretudo financeiras de cada demanda e contribuinte.

Procurados pelo Valor, o Ministério da Fazenda e a PGFN preferiram não comentar a decisão.

A PGFN pode apresentar embargos de declaração para pedir esclarecimentos ou apontar omissões.

Para discutir o mérito na 1ª Seção, precisa apresentar um caso sobre o mesmo tema julgado em sentido contrário - o que ainda não existe no STJ.

"Precedente do STJ e julgados nos TRFs sinalizam uma análise técnica e favorável" João M. Colussi

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230905/>

Transparência nas decisões do STF é inegociável (Editorial)

Recém-empossado no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Cristiano Zanin se tornou alvo de críticas do PT e de setores da esquerda em razão de seus primeiros votos na Corte. Em pelo menos quatro casos, ele adotou posições contrárias à agenda tida como progressista. É curioso notar que, antes da sabatina no Senado, opositores do governo diziam que Zanin faria o que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mandasse. Para o bem da Corte, nem uma coisa nem outra. Certo ou errado, ele agiu segundo o que as suas convicções apontavam como ditames da Constituição.

Em vez de críticas, os votos de Zanin merecem no mínimo elogios pela independência.

Cobrado por aliados pela indicação de Zanin, Lula chegou a defender votos sigilosos no Supremo, como forma de deter a "animosidade" contra a Corte. "Se eu pudesse dar um conselho, é o seguinte: a sociedade não tem que saber como é que vota um ministro da Suprema Corte", disse Lula.

"Eu acho que o cara tem que votar, e ninguém precisa saber." A sugestão de Lula não merece prosperar. Não é remédio para ataques e pode até acirrá-los, na hipótese remota de que vá adiante. A transparência nas decisões do Supremo é um valor que deve ser inegociável.

Cada país tem sua forma de lidar com ela, mas nenhuma democracia pode pôr em questão a essência desse valor. A sociedade tem direito a saber como pensa e como vota cada ministro do Supremo.

Nos Estados Unidos, as decisões da Suprema Corte são tomadas em reuniões fechadas, mas seus votos são públicos. No Brasil, as sessões do STF são abertas, e a leitura dos votos é transmitida pela TV Justiça.

É evidente que exposição excessiva traz consequências indesejadas, tanto para a imagem da Corte quanto para a de cada ministro. Cabe aos juízes encontrar a melhor maneira de dosá-la para que não venham a se tornar vítimas dela. Nossa Constituição abarca múltiplos temas de impacto direto na vida dos cidadãos - somente para citar alguns: saúde, educação, **previdência social**, assistência social, meio ambiente, direitos dos povos originários, até

mesmo a licença-paternidade constam de nossa Lei Maior. Por isso o trabalho do Supremo é maior que o de cortes mundo afora que tratam apenas de questões constitucionais. Isso exige, é certo, presença mais frequente dos ministros em certos ambientes, não para falar do que julgarão - algo inaceitável -, mas para tornar mais claro o papel da Corte no trato desses temas. Mais autocontrole e comedimento sempre são bem-vindos. Não é preciso cassar a transparência ou limitá-la.

Ainda há, é certo, um longo aprendizado no uso do meio televisivo pelos tribunais, que poderia servir de base para melhorias. Considerados, porém, todo o ônus da exposição excessiva e todo o bônus da transparência, a TV Justiça tem saldo positivo.

A sugestão de Lula - o sigilo dos votos - vai muito além de tentar preservar a imagem do Supremo ou de impor regras para o uso da televisão.

Ressalvados casos excepcionais em que estejam em jogo a segurança dos próprios juízes, questões militares ou de segurança nacional, é uma ideia incompatível com o papel dos tribunais numa democracia.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Desoneração faz gerar emprego

Silvana Bazani

Desoneração da folha de pagamento favoreceu a geração de empregos na construção civil em Mato Grosso. Nos últimos dez anos, a indústria da construção elevou em 17,2% a contratação de trabalhadores para os canteiros de obras no Estado, segundo estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No segundo trimestre deste ano as atividades da construção e incorporação de edifícios ocupavam 156 mil trabalhadores, ante 133 mil no mesmo período de 2013.

Criada em 2011, a política de desoneração é uma forma de cobrar menos imposto de empresas de setores específicos, tidos como maiores empregadores. Em vez de pagar 20% de imposto previdenciário aos funcionários com carteira assinada, as empresas beneficiadas podem optar pelo pagamento das contribuições sociais sobre a receita bruta com alíquotas de 1% a 4,5%.

Com isso, reduzir os encargos trabalhistas e estimular a contratação de pessoas. Depois de já ter passado por extensões de prazo, o benefício está previsto para acabar em 31 de dezembro de 2023, mas tramita no Congresso uma prorrogação até o fim de 2027.

"A Câmara dos Deputados aprovou o projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento de 17 setores econômicos até 2027, entre eles, muitos segmentos industriais. Para a Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), a medida é uma importante ferramenta de fomento à economia. O Brasil ainda precisa de estímulos fiscais para retomar o seu ciclo de crescimento e esse é um mecanismo que irá estimular a contratação de pessoas e a competitividade das empresas", defende o presidente do Sistema Fiemt, Silvio Rangel.

Os outros 16 setores beneficiados pela desoneração de contribuições previdenciárias da folha de pagamento pelo governo federal são calçados, call center, comunicação, confecção/vestuário, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação (TI), tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

No contexto nacional, estas atividades não são as que mais empregam e não se destacam entre os campeões na criação de postos de trabalho com carteira assinada nos últimos dez anos.

Setor contribui menos que a média

Da Redação

Ao analisar os dados da ocupação no Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) conclui que 54,9% dos trabalhadores nos setores desonerados contribuem para a **Previdência Social**, patamar abaixo da média dos trabalhadores brasileiros (63,7%). No intervalo de 2012 a 2022 enquanto os outros setores ampliaram seus contribuintes em 14,5% ou 6,7 milhões, os desonerados diminuíram em 0,2% ou 18 mil.

Outra constatação dos economistas do Ipea é que enquanto empresas privadas de setores não beneficiados aumentaram em 6,3% ou em 1,7 milhão os empregos com carteira assinada no país no intervalo analisado, os desonerados encolheram em 13% ou 960 mil.

"Qualquer necessidade de desonerar contribuintes específicos da **Previdência Social** precisa ser bem justificada, pois o déficit atuarial criado acaba sendo coberto por mais **tributos** sobre outros trabalhadores e empresas. O debate sobre como alcançar uma tributação mais eficiente e equitativa requer uma base comum de informações acuradas e verificáveis, que o permita ir além do mero embate entre grupos de pressão", afirma o pesquisador Marcos Hecksher, assessor especializado da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Ipea.

(SB, com informações da Agência Brasil)

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Assédio sexual renderá demissão de servidor federal

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aprovou um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) que determina punição com demissão para casos de assédio sexual na administração pública. O documento vale para todos os segmentos do serviço público federal.

Até então, os casos de assédio sexual eram enquadrados ou como violação aos deveres do servidor (com penalidade mais branda) ou como violação às proibições aos agentes públicos (sujeita à demissão), uma vez que a prática não era antes expressa como tipificação de desvio funcional, segundo a Lei nº 8.112/90, que define regime jurídico dos **servidores públicos** civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

TORNOZELEIRA. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), assinou termo de cooperação para monitorar, por meio de tornozeleiras eletrônicas, agressores de mulheres que, após decisão judicial, forem liberados após audiência de custódia.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad defende texto que limita supersalários no funcionalismo

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sinalizou ontem que o governo pretende priorizar a votação de projetos que já estão no Congresso para a reforma administrativa. A declaração foi dada depois de reunião organizada pela ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e a secretária executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, também participaram da discussão.

Como o Estadão mostrou, o governo enfrenta pressão de líderes no Congresso e do mercado financeiro para rever suas despesas. A crítica é de que a equipe econômica tem dado até agora foco a medidas para aumentar a arrecadação.

Haddad defendeu a votação de proposta que limita os supersalários no serviço público.

Ele também citou proposta que regulamenta os concursos públicos. Em tramitação no Congresso desde 2016, esse projeto lista quais tipos de pagamento podem ficar fora do teto do funcionalismo público.

Pela legislação em vigor, esse teto para os **servidores públicos** tem como base o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) - de R\$ 41,6 mil. Na prática, porém, "penduricalhos" acabam engordando o valor recebido.

"Passamos em revista todas as leis que estão em tramitação (no Congresso) e que tratam do tema da modernização do Estado - o que inclui, evidentemente, o funcionalismo -, e que podem significar um avanço importante", disse Haddad.

As críticas têm partido especialmente do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Questionado, o ministro não quis responder a perguntas sobre a pressão de Lira e sobre a PEC de reforma administrativa que já tramita no Câmara, enviada no governo Bolsonaro. "Eu estou dando um exemplo de algo que eu apoiaria discutir vivamente, que é o PL dos supersalários.

O (projeto) dos concursos também pode ser

aperfeiçoado", respondeu o ministro.

O tema da **reforma tributária** é delicado dentro do governo porque o PT não apoia uma proposta que acabe, por exemplo, com a estabilidade dos servidores e que seja voltada essencialmente para economia de gastos. A própria ministra Esther Dweck já tinha indicado uma reforma fatiada por meio de projetos infraconstitucionais, sem a necessidade de uma PEC, o que acabou sendo referendado por Haddad.

"FIM DE PRIVILÉGIOS". O projeto dos supersalários está há dois anos parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado - para onde retornou após ser aprovado na Câmara com modificações, em 2021. "(O projeto) Pode disciplinar uma coisa importante, de colocar fim a determinados privilégios e significar uma economia robusta para o Estado brasileiro, fora o debate sobre a moralização do serviço público", argumentou o ministro. Haddad manifestou confiança de que o projeto possa ser aprovado agora, apesar de tantos anos em tramitação no Congresso sem que a votação fosse concluída.

"Muita coisa que nunca se conseguiu, e esse governo está conseguindo." O projeto dos supersalários sempre foi vendido como bandeira de combate a privilégios no serviço público. O texto aplica-se a servidores civis e militares, magistratura e detentores de mandato. Pela proposta, todo tipo de pagamento passaria a estar sujeito ao teto, exceto verbas de caráter indenizatório.

O texto estabelece o que é verba indenizatória e o que é verba remuneratória - esta última entra na mira do "abate-teto", como é chamado no jargão do serviço público o que é "cortado" da remuneração para ficar dentro do limite.

Como mostrou o Estadão em julho, a pequena casta de **servidores públicos** que ganha acima do teto do funcionalismo custa R\$ 3,9 bilhões por ano aos cofres da União, Estados e municípios. No ano passado, 25,3 mil pessoas faziam parte desse grupo, o que representa 0,23% dos servidores estatutários, aqueles que foram aprovados em concurso e que têm estabilidade no cargo.

Os números foram compilados pelo Centro de Liderança Pública (CLP), com base na Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) de 2022, do IBGE. No documento, o CLP ressalva que parte dos valores extra-teto se refere a indenizações legítimas, mas aponta que, mesmo excluindo esses montantes, o impacto anual superaria os R\$ 3 bilhões.

"Muita coisa que nunca se conseguiu, e esse governo está conseguindo (aprovar no Congresso)." Fernando Haddad Ministro da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Recebo com satisfação" gesto do governo, diz Lira

GABRIEL HIRABAHASI/BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse ontem que recebe "com satisfação" a notícia de que o governo federal está discutindo uma proposta de reforma administrativa.

"Recebo com satisfação que governo se interessa agora em discutir esse assunto. Estamos abertos, sem nenhuma disposição de prejudicar qualquer setor, qualquer carreira. Nunca foi (a intenção). O texto não tira nenhum direito adquirido de funcionários públicos atuais", disse Lira.

"A questão dos supersalários e penduricalhos, a Câmara já votou e está no Senado. Portanto, não temos problema com isso", completou o presidente da Câmara.

Lira disse ainda que a reforma administrativa seria uma forma de o governo estabelecer um cenário fiscal mais favorável, lembrando as metas fiscais estipuladas pelo novo arcabouço fiscal. "A nossa preocupação é de que, se não temos como aumentar receita sem aumentar imposto, temos de conter nossos gastos.

Essa é a meta, sem nenhum tipo de juízo de valor, sem entrar em disputa política."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Supersalários na mira

GERALDA DOCA E VICTORIA ABEL

Em meio ao debate sobre a retomada de discussões no Congresso a respeito da reforma administrativa, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu ontem a aprovação do projeto que ataca os supersalários e de outro que trata da modernização dos concursos públicos. As duas propostas estão em tramitação no Senado.

O ministro foi perguntado se apoia o projeto do governo anterior, mas evitou dar detalhes dos planos da atual gestão.

- A lei dos supersalários pode disciplinar uma coisa importante, que é pôr fim a determinados privilégios. E significa uma economia robusta para o Estado brasileiro, fora o debate sobre a moralização do serviço público. Estou dando um exemplo de algo que eu gostaria de discutir vivamente - disse Haddad.

Ontem, Haddad se reuniu com Simone Tebet, ministra do Planejamento, Esther Dweck, da Gestão e Inovação, e Rui Costa, da Casa Civil, para discutir como o atual governo pretende tratar da questão do funcionalismo. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem ameaçado votar a proposta de emenda constitucional (PEC) apresentada pelo governo de Jair Bolsonaro para definir novas regras para o funcionalismo.

FOCO NO CORTE DE GASTO Lira argumenta que o governo precisa se empenhar mais em enviar ao Congresso projetos de cortes de despesas, como forma de compensar outras medidas em tramitação que aumentam as receitas.

Para alcançar a meta de déficit zero em 2024, prevista no novo arcabouço fiscal, o governo conta com a aprovação de uma série de projetos no Congresso capazes de alavancar as receitas. A leitura é que a apresentação de medidas focadas em corte de gasto poderia mudar a percepção do mercado a respeito do cumprimento de metas das contas públicas. Além disso, seria uma forma de convencimento de deputados ligados ao Centrão, que têm uma visão mais favorável à redução de despesas.

Cerca de 25 frentes parlamentares publicaram cartas de apoio à reforma administrativa, o que deu força para Lira defender a retomada da proposta na Casa. O assunto voltou a ser discutido no momento em que Lula define os nomes da **reforma ministerial**.

Ontem, Lira afirmou que via "com satisfação" o interesse da equipe econômica pelo assunto.

- Recebo com satisfação que o governo se interesse por este assunto. Nunca foi intenção prejudicar qualquer carreira. Se não temos perspectivas de aumentar receitas, temos que cortar nossos gastos - afirmou.

GRUPO DE TRABALHO Haddad afirmou que uma ampla reforma administrativa engloba uma série de questões e o fim dos supersalários seria uma delas. O ministro afirmou que, durante a reunião, foram discutidos projetos em tramitação e que podem ajudar a "endereço" interesses do governo e do Congresso.

-Passamos em revista várias leis em tramitação e que podem ajudar a endereçar temas de interesse do governo e do Congresso Nacional. Falamos do tema da modernização do Estado, que inclui o funcionalismo e que pode significar avanço importante.

Esther Dweck pretende se encontrar para discutir com Lira a respeito da reforma do funcionalismo. O plano do governo é apresentar como alternativa um pacote de medidas e apoiar os dois projetos que tramitam no Senado (de supersalários e concursos). Além disso, será criado um grupo de trabalho para estudar o assunto.

-O presidente (da Câmara) Arthur Lira quer dialogar com o governo sobre o projeto que está lá. A gente acha que o projeto que está lá é muito ruim. A gente acha que dá para fazer de uma outra forma, que o que a gente precisa fazer não depende de uma PEC - afirmou a ministra ao GLOBO, após participar de cerimônia no Palácio do Planalto.

Segundo a ministra, são vários temas que vêm sendo tratados pela Secretaria Extraordinária de Transformação do Estado, criada em janeiro. Alguns dependem da aprovação de projetos de lei e outros não.

Esther ressaltou que aprovar o projeto que trata dos supersalários é importante porque regulamenta o teto de remuneração dos funcionários públicos: - A gente acha mais importante o projeto dos supersalários para poder aplicar o teto para todo mundo.

O projeto de lei dos supersalários regulamenta o teto de remuneração do funcionalismo ao salário dos

ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje em R\$ 41,6 mil. A proposta passou pela Câmara e está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Segundo estudo do Centro de Liderança Pública (CLP), o projeto que ataca os supersalários traria economia anual de R\$ 3,9 bilhões, sendo R\$ 900 milhões para a União; R\$ 2,54 bilhões para os estados e R\$ 440 milhões para prefeituras.

A interlocutores, Haddad tem afirmado que este não é o melhor momento para discutir a reforma administrativa.

A preocupação do ministro é que o debate contamine outras propostas em andamento no Congresso, como a **Reforma Tributária**.

Integrantes do PT resistem à ideia de uma proposta de reforma administrativa. Ontem, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse que a reforma não é pauta do governo. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, também criticou a iniciativa nas redes sociais.

Em outra frente, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tem dito a parlamentares e ao próprio governo, que, para aprovar o projeto dos supersalários, que atinge o Poder Judiciário, pretende colocar em votação a PEC que recria os quinquênios.

De acordo com a PEC, juízes e procuradores teriam direito a um adicional de 5% do salário a cada cinco anos, no limite de 35%. A proposta quase foi votada no fim do ano passado, mas acabou retirada de pauta.

O governo atual não concorda com a proposta.

"A lei dos supersalários pode disciplinar uma coisa importante, que é pôr fim a determinados privilégios. E significa uma economia robusta para o Estado brasileiro, fora o debate sobre a moralização do serviço público. Estou dando um exemplo de algo que eu gostaria de discutir vivamente" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Testando os limites da irresponsabilidade - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

Um padrão recorrente no Brasil é o descuido com a política econômica em tempos de bonança, como se as boas condições fossem permanentes e permitissem atender às muitas demandas por mais gastos e benesses.

Pior, muitas vezes as medidas têm efeito duradouro ou permanente, constringendo os orçamentos futuros.

O sistema político não ajuda, pois não há praticamente incentivos para o Congresso frear a ganância. O custo político de fazê-lo pode ser alto, enquanto o custo do erro, pela **inflação** teimosa e pelos juros mais altos, cai no colo do presidente de plantão.

Em meio aos bons ventos na economia, no **PIB** e na **inflação**, caímos novamente em uma armadilha de leniência fiscal.

Algum aumento dos gastos públicos este ano seria inevitável por conta do represamento artificial feito pelo governo anterior, enquanto a proposta orçamentária de 2023 era infactível - a previsão de 17,6% do **PIB** de despesa primária não era realista à luz da rigidez dos gastos, a maioria deles previstos na Constituição, como os da Previdência. Por exemplo, a contenção dos gastos com a folha (caiu de 4,3% do **PIB** em 2018 para 3,4% em 2022), ainda que com algum mérito, criou uma situação insustentável, pela defasagem dos vencimentos de muitas categorias e pelo encolhimento do número de funcionários públicos (-40% entre 2018-21, pela Rais) a comprometer o funcionamento de alguns órgãos.

No entanto, o governo esticou demais a corda, produzindo uma alta preocupante dos gastos, especialmente em meio à queda da receita tributária como proporção do **PIB**, após anos excepcionais, quando a expressiva alta de preços de commodities inflava a arrecadação.

De janeiro a julho, as despesas primárias atingiram 19,1% do **PIB**, segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), ante 18,2% em 2022.

Um importante fator de pressão é o impacto do reajuste do salário mínimo sobre a Previdência e as várias políticas sociais, agora e nos próximos anos.

Não foi decisão sábia resgatar sua fórmula de reajuste pela **inflação** (do ano anterior) e pela variação do **PIB** real (de dois anos antes).

Em um país com grande desafio fiscal e produtividade do trabalho quase estagnada, corre-se o risco de piorar o balanço entre **inflação** e desemprego, com ambos caminhando na direção indesejada. Estivesse o salário mínimo defasado em termos reais, a decisão seria compreensível, mas não é o caso.

São muitos os anúncios de aumento de despesas e de renúncias tributárias -por vezes, por decisão do Congresso. Exemplo evidente foi o anúncio do Novo PAC, como já discutido neste espaço.

A própria elevação dos gastos contribui para estimular a economia no curto prazo. Vide os números do **PIB** no segundo trimestre, com crescimento do consumo do governo (+0,7% em relação ao trimestre anterior) e das famílias (+0,9%), este último beneficiado pelo aumento do salário mínimo e pelo robusto Bolsa Família (1,3% do **PIB** ante 0,34% no final do Lula 2).

Enquanto isso, o investimento não reage, e a culpa não é toda dos juros altos, nesse ambiente de ruídos e riscos de retrocessos. A lista tem de tudo: política discricionária de preços da Petrobras, mudanças de regras do jogo para a Eletrobras, incertezas quanto à carga tributária futura, volta da contribuição sindical etc.

Os benefícios sobre o **PIB** no curto prazo alimentam a crença de muitos de que o caminho está correto, como se não houvesse custos e riscos adiante. O esforço se resumiria a não assustar os investidores. Para isso, vale até discutir a antecipação de receitas do pré-sal, como se isso compensasse a ganância.

Os efeitos colaterais de excessos fiscais não se manifestam rapidamente. No início, geram sensação de bem-estar, mas depois vem o gosto amargo, inclusive pela baixa qualidade do gasto público. Os sinais começam pela **inflação** teimosa, pelo estímulo à demanda em um contexto de reduzida ociosidade na economia (o nível atual de utilização da capacidade instalada na indústria e nos serviços está acima do padrão) e por alimentar a desconfiança dos investidores, que pressiona o dólar.

Um quadro de descontrole, como na gestão Dilma, é improvável. Estão claros os limites para aumento da carga tributária, contabilidade criativa e, em alguma medida, leniência do Congresso em um contexto de maior concorrência na política. O quadro está mais para um Brasil que pouco aprende e perde oportunidades.

Efeitos colaterais de excessos fiscais geram sensação de bem-estar no início, mas depois vem o gosto amargo, até pela baixa qualidade do gasto público

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

GT vai debater reforma administrativa

**Andrea Jubé, Guilherme Pimenta, Julia Lindner e
Caetano Tonet e Fabio Murakawa**

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu montar um grupo de trabalho para debater a reforma administrativa após cobranças públicas do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). A decisão foi tomada nessa terça-feira (5) em reunião entre os ministérios da Gestão e Inovação, Fazenda, Planejamento e Orçamento e Casa Civil. Os quatro ministérios farão parte do GT. O pilar central é não alterar as regras que garantem estabilidade aos **servidores públicos**. Não há prazo para a conclusão dos trabalhos.

Logo após a reunião, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, limitou-se a dizer que o grupo debateu algumas propostas já em tramitação "que podem ajudar a endereçar temas de interesse do governo e do Congresso Nacional".

Ele não falou em uma reforma ampla, mas disse que alguns projetos, como o que trata dos supersalários e o que moderniza os concursos públicos, estão sob os olhares do governo e já podem servir, de alguma maneira, como uma "reforma".

"Passamos por leis que tratam da modernização do Estado, que incluem evidentemente o funcionalismo e podem configurar um avanço importante", comentou o ministro. "Por que não é uma reforma?"

Toda reforma ampla de modernização do Estado passa por vários diplomas legais." Questionado sobre a dificuldade de avanço do projeto dos supersalários, Haddad comentou que "muita coisa que não se conseguiu" no passado "agora está sendo conseguida". "Por que a gente não pode começar a discutir?", disse.

O projeto dos supersalários foi aprovado pela Câmara dos Deputados ainda em 2021 e encontra-se parado no Senado, que deve analisar as mudanças efetuadas pelos deputados. O texto dispõe sobre alguns pagamentos que podem ficar fora do teto do funcionalismo público.

A ministra da Gestão, Esther Dweck, negou que a reunião da cúpula da equipe econômica do governo tenha representado uma reação a pressões do presidente da Câmara para que o governo entre no debate da reforma administrativa.

"A gente tem uma discussão ampla de modernização do estado desde o dia 1o de janeiro. As pessoas estão muito falando que é uma reação [a Lira], não é uma reação. O presidente Lira está preocupado com esse tema, a gente desde 1o de janeiro tem secretaria extraordinária de transformação do Estado, que está discutindo uma série de projetos", afirmou. "E hoje e vim apresentar para o centro de governo, a área econômica, a Casa Civil, SRI [Secretaria de Relações Institucionais], um pouco em que pé que a gente está na discussão para, a partir de agora, caminhar junto e pensar numa proposta pra apresentar para o Congresso." Ela ressaltou que a "modernização do Estado" é uma prioridade para o governo, mas afirmou que ainda está sob avaliação o momento certo de enviar esses projetos de lei ao Congresso.

Mas diferentemente da cúpula da Câmara, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), indicou que não deve se empenhar pelo avanço célere do tema na Casa. Aliados de Pacheco dizem que o tema precisa ser tratado com "muita cautela".

Recentemente, em encontro com empresários, Pacheco afirmou que não se pode "demonizar os funcionários públicos, achar que tudo é privilégio, que existe um monte de regalias".

"O enxugamento da máquina sem sacrifícios ao funcionalismo público é um ponto interessante para ser discutido depois da **reforma tributária**", afirmou Pacheco.

"É impossível se aprovar uma reforma administrativa sem apoio do governo. E esse governo não tem essa prioridade, não tem essa marca, esse objetivo. É um governo que só pensa em gastar, em aumentar despesa", disse o líder da minoria, Ciro Nogueira (PP-PI).

Já o líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), afirmou que a reforma "não é pauta do PT" e que "o governo não se interessa por um tema que gera desgaste com sua base corporativista".

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20230905/>

Reforma ministerial deve ser anunciada hoje

Henrique Lessa, Evandro Éboli Mayara Souto

A prometida **reforma ministerial** virou um imbróglio que se arrasta há meses, mas há a expectativa de que seja resolvido hoje.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva segue na busca por ampliar a base de apoio na Câmara, mas a articulação do governo enfrenta tanto a voracidade do Centrão quanto as queixas de aliados de primeira hora, que não querem perder espaço na Esplanada.

O Progressistas (PP) sinalizou ao Planalto o descontentamento com a possibilidade de assumir o Ministério dos Esportes. A situação deve ser contornada se houver uma turbinada na pasta, com a incorporação da secretaria que vai cuidar da arrecadação de jogos e teria um incremento orçamentário de R\$ 2 bilhões em 2024 - a área estava prevista para integrar o Ministério da Fazenda.

Essa medida, porém, tem de ser aprovada pelo Congresso.

A ministra dos Esportes, Ana Moser, foi chamada para uma reunião, ontem, com Lula. Ela cancelou compromissos, e especulava-se que o encontro marcaria a demissão da ministra. Sem declarações oficiais, fontes do Planalto afirmaram que o encontro terminou com a titular da pasta ainda no cargo. "Hoje (ontem), não foi demitida, mas isso não significa que ela necessariamente seguirá (no cargo de ministra)", disse uma fonte palaciana. Já no Congresso, um importante líder do governo afirmou, sem rodeios, o contrário: "Se não foi (demitida), será".

No processo de negociação, o que se diz na Câmara é que o governo preferiu, antes de divulgar a reforma, aguardar a aprovação do texto-base do programa Desenrola, que estabelece a renegociação de dívidas e passou na Câmara por 360 votos a favor e 18 contra. Pessoas ligadas ao ministério sustentaram que Lula teria pedido mais um dia para Ana Moser, tempo em que o governo deve tentar resolver o impasse com o PP.

Porém, mesmo com os aliados de primeira hora, a **reforma ministerial** sofre resistências. O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, disse a interlocutores que preferia sair do governo do que ir para um Ministério de Pequenas e Médias Empresas, que seria criado para acomodar o socialista. Nessa negociação, o vice-presidente Geraldo Alckmin, do

PSB, mesmo partido de França, entrou no jogo para acalmar os ânimos.

Interlocutores apontam que Lula teria desistido de criar esse ministério porque ninguém se interessou, mas como o Portos e Aeroportos segue sendo a pasta cotada para ser entregue ao deputado federal Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE), fala-se na possibilidade de França assumir a Indústria e Comércio, hoje com Alckmin. O vice-presidente deixaria de ser ministro, mas assumiria o comando do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho.

"Quimera"

O deputado André Fufuca (PPMA), líder do Progressistas na Câmara e principal cotado para ocupar a pasta de Moser, até a noite de ontem não se entendia como ministro. A pessoas próximas, tem dito que 90% do que sai na imprensa não procede e que o ministério "turbinado" é, até agora, uma "quimera".

Fufuca caminhava, ontem, pelo Salão Verde da Câmara quando foi abordado, logo na entrada do plenário, pelo colega Antônio Brito, líder do PSD e primeiro vice-líder do maior bloco da Casa, formado por legendas do Centrão. "Ministro!

Espera, ministro. Se não está atendendo agora, imagina depois que assumir", disse sorrindo Brito a Fufuca, no diálogo observado pelo Correio.

Fufuca voltou e negou: "Não tem nada disso". E mostrou ao colega um papel com alguma informação que apenas Brito viu e nenhum dos dois quis revelar à reportagem. A interlocutores, tem dito que nada lhe foi apresentado, e ir ou não para o governo ainda deve passar por uma última conversa com sua bancada.

A expectativa é de que, ao longo do dia de hoje, Lula se reúna com Alckmin e Fufuca para buscar uma solução que agrade a todos.

Flávio Dino, ministro da Justiça e Segurança Pública, também comentou ontem sobre **reforma ministerial**. Disse que "todos ficarão felizes" com a decisão. Questionado sobre quando a "novela" acabaria, afirmou que seria entre hoje (ontem) e amanhã (hoje).

Difícil como demitir técnico de futebol

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comparou a

reforma ministerial a substituições de jogadores feitas por um técnico durante um jogo de futebol. Ele também disse que é difícil comunicar demissões de ministros.

Lula está nas últimas tratativas para abrigar o Centrão no governo.

O bloco será representado por Silvio Costa Filho (Republicanos- PE), que deve assumir Portos e Aeroportos, e André Fufuca (PP-MA), que deverá comandar uma versão turbinada do Ministério dos Esportes.

O principal entrave à reforma é o que fazer com Márcio França, atual ministro dos Portos e Aeroportos.

Ele tem demonstrado resistência a deixar o cargo.

"É sempre muito difícil chamar alguém para dizer: "Olha, eu vou precisar do ministério porque fiz um acordo com um partido político e preciso atender", mas essa é a política", declarou o presidente da República.

Ele disse que o governo precisa construir uma maioria de votos no Congresso para aprovar seus projetos prioritários. A partilha de poder por meio da nomeação de ministros é uma das formas de obter apoio dos partidos no Legislativo.

A entrada de PP e Republicanos no governo é negociada há meses. Auxiliares de Lula deram os anúncios como iminentes diversas vezes no período, mas o presidente vem adiando a decisão.

Há a expectativa de que o chefe do Executivo resolva o caso até amanhã, quando embarca para a Índia depois do desfile do Dia da Independência.

O petista falou no programa Conversa com o Presidente, uma espécie de live semanal de Lula produzida pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/06/all.pdf>

Presidente recebe ministros ameaçados, mas PP trava reforma

JENIFFER GULARTE E SÉRGIO ROXO

Diante das dificuldades de sacramentar a **reforma ministerial** e acomodar PP e Republicanos no primeiro escalão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu ontem com os ministros Márcio França (Portos e Aeroportos) e Ana Moser (Esporte), os dois mais ameaçados de perder o cargo. As reuniões fazem parte da tentativa do petista de fechar a nova configuração da Esplanada antes de viajar à Índia, amanhã, para a reunião do G20. O PP, contudo, ampliou a lista de exigências para embarcar no governo, adiando mais uma vez as mudanças previstas, que podem ocorrer hoje.

Pelo plano do governo, o ministério de Ana Moser irá para o deputado André Fufuca (PP-MA). A Casa Civil chegou a elaborar um novo desenho da pasta, ampliada com uma secretaria de jogos eletrônicos, ou games. Fufuca manifestou que o seu partido gostaria de turbinar o ministério com três outras secretarias, voltadas a ações sociais e empreendedorismo.

Além disso, a bancada do PP deseja a criação de um fundo abastecido com recursos arrecadados com a cobrança de imposto sobre apostas esportivas. Isso permitiria repasses de forma mais fácil, sem necessidade formalização de convênios.

O governo, porém, resiste à criação das secretarias.

Diante do impasse com o PP, Lula disse a Moser que está muito difícil resolver a reforma e que ainda não tinha uma decisão. A ministra do Esporte foi chamada ao Palácio do Planalto à tarde para uma conversa com o presidente, e ficou no local por cerca de 50 minutos.

Pouco antes, o petista havia almoçado com Márcio França, que tende a ser desalojado do Ministério de Portos e Aeroportos para dar lugar ao deputado Silvio Costa Filho (Republicanos- PE). O vice-presidente Geraldo Alckmin, correligionário de França no PSB, também participou da conversa.

A ideia do Planalto é oferecer a França a pasta de Pequena e Média Empresa, que seria criada em um desmembramento do Ministério da Indústria e Comércio, chefiado por Alckmin.

França, que resiste a essa hipótese, também se reuniu

ontem - antes de visitar Lula - com Alckmin, o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, e o prefeito do Recife, João Campos.

SINAIS DE INCÔMODO Caso França rejeite mesmo o novo ministério, uma das possibilidades é ficar com a pasta de Alckmin. O vice, porém, ainda não sinalizou que pode deixar o seu posto. Outro caminho discutido seria transferir França para a pasta da Ciência e Tecnologia. Se isso acontecer, a atual titular do ministério, Luciana Santos (PCdoB), iria para uma outro posto na Esplanada. As mudanças geram incômodos no PSB e no PCdoB.

Já a possibilidade de saída de Ana Moser, que não tem partido, encontra resistência no ambiente esportivo. Ontem, a Comissão de Atletas do Comitê Olímpico do Brasil (COB) divulgou nota em apoio à permanência da ministra e afirmando que a eventual demissão deixa os esportistas "envergonhados e desprestigiados, vendo que o esporte no Brasil continua sendo encarado como algo menor". A nota também foi assinada pelos grupos Atletas pelo Brasil e Movimento Esporte pela Democracia.

Em sua live semanal, ontem, Lula disse que é "muito difícil" chamar um ministro para comunicar sua saída por ter de atender "um acordo com o partido político".

- Mas essa é a política. O governo tem propostas importantes para passar no Congresso Nacional. Os deputados não são obrigados a votar no governo porque o governo mandou. (...) Precisamos construir uma maioria, para dar tranquilidade ao governo nas mudanças que precisamos fazer, para aprovar determinadas coisas e não permitir que coisas indigestas sejam aprovadas - disse o presidente.

Com a entrada de PP e Republicanos no governo, Lula espera consolidar mais 60 votos na Câmara.

Titular de Portos e Aeroportos, que dará lugar ao Republicanos, não quer pasta nova

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Técnicos da Fazenda temem que pressão por déficit zero provoque atropelo na reforma tributária

A corrida para ampliar a arrecadação de **impostos** diante da prioridade traçada pela equipe econômica de zerar o déficit fiscal em 2024 tem gerado incômodo em parte dos técnicos do Ministério da Fazenda, relataram à Reuters duas fontes da pasta, sob o argumento de que o plano inclui antecipação de medidas que ainda não estavam maduras ou que deveriam ser debatidas estruturalmente na **reforma tributária**.

Uma terceira fonte que acompanha a elaboração das propostas disse que a necessidade de fechar as contas obriga o governo a apressar iniciativas, ponderando que medidas enviadas emergencialmente não inviabilizam uma discussão estrutural em um segundo momento, ainda que durante a tramitação no Congresso. Procurado, o Ministério da Fazenda não comentou.

Com esse problema da meta do ano que vem, estão tentando antecipar tudo, a todo custo. A ideia de fazer uma reforma pensada (sobre a renda), assim como está sendo feito na dos **tributos** sobre consumo, vai ser difícil, disse uma das fontes, que falou sob condição de anonimato.

Na avaliação da segunda fonte, que concorda com a análise sobre o risco de haver um impacto negativo na **reforma tributária**, o cenário desafiador também está relacionado à baixa disposição do governo em promover ajustes de gastos. Para ela, esse foi o motivo da urgência criada para a apresentação das medidas de receita.

O rombo fiscal e a falta de vontade de cortar despesas não deixou outra alternativa, afirmou.

O risco de uma eventual discussão apressada de iniciativas para ampliar receitas também foi abordado pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que alertou na semana passada que a corrida por mais arrecadação em alguns países gerou uma erosão na base arrecadatória, o que, segundo ele, traz preocupações também para o Brasil.

Sob as regras do novo arcabouço fiscal, sancionado em agosto, o governo tem como alvo a meta de déficit primário zero em 2024, com tolerância de

aproximadamente 29 bilhões de reais para mais ou para menos. O projeto de Orçamento do ano que vem, apresentado na semana passada, prevê que o objetivo será alcançado após uma ampliação de 168,5 bilhões de reais em receitas com ações arrecadatórias propostas nos últimos meses, incluindo medidas ainda não aprovadas.

Um dos exemplos de iniciativas citadas pelas fontes que foram antecipadas pelo governo é a tributação periódica nos fundos exclusivos de investimento -- instituída por medida provisória que ainda será avaliada pelo Legislativo.

A alternativa foi adotada depois que os parlamentares rejeitaram uma mudança na tributação de fundos offshore, também enviada inicialmente ao Congresso via medida provisória, junto com a correção da tabela do Imposto de Renda da pessoa física.

Com isso, a Fazenda decidiu deixar a taxaço dos fundos offshore para um projeto de lei que, se for aprovado, surtirá efeito apenas em 2024. Para assegurar as receitas necessárias para compensar a mudança na tabela do IR, adiantou a taxaço dos fundos exclusivos, voltados à alta renda.

Em outra frente, o projeto que prevê o fim do mecanismo de distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) -- uma forma de remunerar acionistas com menor recolhimento de **tributos** -- foi enviado na semana passada ao Congresso sob ressalvas feitas publicamente pelo próprio ministério, apesar de o texto fazer parte do conjunto de ações para zerar o déficit em 2024.

Em entrevista à imprensa na última quinta-feira, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a discussão da medida ainda não está madura e que se o governo correr para tratar da extinção do mecanismo pode ser criado um desequilíbrio de mercado.

No mesmo dia, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o aperto nas contas, ampliado por uma discrepância entre índices de **inflação** usados para projetar receitas e despesas públicas, forçou o

governo a antecipar ações que talvez nós endereçássemos só no ano que vem para o Congresso .

Outra iniciativa recente da pasta com potencial de alavancar receitas é a medida provisória que busca acabar com a concessão de incentivos fiscais federais com base em subvenções dadas por Estados para gastos com custeio de companhias, limitando os benefícios a investimentos. O texto, que, na prática, aumenta a tributação média sobre empresas, teria que ser analisado pelo Congresso antes da reforma do Imposto de Renda para ter efeito já em janeiro de 2024.

A Fazenda chegou a cogitar enviar ao Congresso a reforma do IR após a Câmara ter aprovado a reforma do consumo em julho. No entanto, a ideia foi abandonada depois que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se posicionou contra a apresentação do texto até que o Congresso tenha esgotado o debate sobre a reforma do consumo, que agora tramita no Senado.

Pela nova previsão da equipe econômica, a reestruturação ampla do Imposto de Renda para pessoas físicas e empresas deve ser apresentada apenas no final do ano.

A posição do ministério é a posição do ministério, e todo mundo defende. Não acho que medidas de curto prazo acabem prejudicando , ponderou a terceira fonte, ao afirmar que o governo tem mostrado disposição para dialogar com o Congresso.

Obviamente, a necessidade de fechar as contas do Orçamento te obrigam a antecipar algumas medidas, mas essa antecipação não impede que depois você faça o debate estruturalmente correto , acrescentou.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/tecnicos-da-fazenda-temem-que-pressao-por-deficit-zero-provoque-atropelo-na-reforma-tributaria,fa76aff8eb5580b945cb43a1fbbcbeb18ng6z8fp.html>

A polêmica dos Fundos Estaduais e o que prevê a reforma tributária

Karen Semeone*

Os fundos estaduais estão no centro de uma polêmica tributária que não é de hoje. Com o intuito de fomentar a arrecadação e atender a demandas sociais, os estados têm se movimentado nos últimos anos para construir fundos de tributação com incidência condicional sobre benefícios fiscais. Como resultado, a prática foi disseminada no país e acabou no epicentro de críticas ferrenhas, ao ponto de especialistas alocarem um estigma de ilegalidade ao ato. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por exemplo, tem atuado de forma incisiva para contestar e debater a constitucionalidade dos fundos estaduais, levando o tema ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Dentro do argumento de violação à isonomia tributária e uma maior garantia aos direitos fundamentais dos contribuintes, o cerco à aplicação dos fundos estaduais tem se intensificado. Sem dúvidas, esse mecanismo financeiro utilizado por estados habita um cenário nebuloso na esfera fiscal. Era imprescindível, portanto, que a recém aprovada **Reforma Tributária** tocasse no assunto de maneira categórica. A resposta prevista na PEC 45/19, mais precisamente no artigo 20, porém, não foi das mais satisfatórias.

Em suma, com uma régua de corte até 30 de abril de 2023, o artigo prevê a instituição de uma nova contribuição para substituir os fundos estaduais previamente existentes - e que têm servido como condicional para a obtenção dos benefícios fiscais de ICMS. O prazo para a cobrança será de até 2043, impactando produtos primários e semielaborados, acompanhando o objetivo de recolher recursos para o investimento em infraestrutura e outras pautas de caráter social.

Na contramão do que rege a **Reforma Tributária**?

Para além de dar uma nova face aos fundos estaduais, a priori, a sensação é de que o dispositivo busca resguardar a legitimidade do movimento, apesar de elementos fundamentarem o método como abusivo. Frente ao fantasma da carga tributária, que, vale mencionar, esteve no centro do projeto da reforma como uma mácula a ser contornada, tal continuidade vai amplamente contra a premissa defendida pela **Reforma Tributária**, de assegurar um cenário de equidade fiscal e simplificação. Na prática, para os que

esperavam por uma solução definitiva ao tópico, trata-se de uma saída, no mínimo, insatisfatória.

Não será nenhum absurdo, para termos uma dimensão, que uma boa quantidade de fundos acabe avalizada pelo artigo e, portanto, continue em rigor. Mesmo com diferenciações, é de comum acordo que os fundos estaduais estão em dissonância com o que o modelo tributário brasileiro carece, indo na contramão do que se tem debatido à exaustão.

Já no meio empresarial, as perspectivas estão direcionadas para as repercussões econômicas. Se por um lado, existe um sinal positivo à simplificação com a unificação de **impostos**, a tributação de exportações através das contribuições assusta. Se considerarmos a incidência dos fundos, que recai desde a origem do item à produção, a contradição também se estende para o enfrentamento da cumulatividade.

Resumidamente, não há como negar que o assunto deverá ser retomado seguindo um viés criterioso, de modo a elucidar como a União visualiza a sobrevivência dos fundos estaduais na figura de uma nova e polêmica contribuição. Enquanto organizações se mobilizam para preservar o aproveitamento de seus benefícios fiscais, a tendência é de que muita água escoe por debaixo desta ponte, entre resoluções que precisam, invariavelmente, apontar para um sistema tributário efetivamente isonômico, sem exceções.

*Karen Semeone é advogada especialista em Direito Tributário na Systax, colunista, palestrante, instrutora de cursos e treinamentos na área tributária e coautora da obra Mulheres no Direito Vol. I - O Poder de uma mentoria , pela Editora Leader

Dentro do argumento de violação à isonomia tributária e uma maior garantia aos direitos fundamentais dos contribuintes, o cerco à aplicação dos fundos estaduais tem se intensificado. Sem dúvidas, esse mecanismo financeiro utilizado por estados habita um cenário nebuloso na esfera fiscal. Era imprescindível, portanto, que a recém aprovada **Reforma Tributária** tocasse no assunto de maneira categórica. A resposta prevista na PEC 45/19, mais precisamente no artigo 20, porém, não foi das mais satisfatórias.

Em suma, com uma régua de corte até 30 de abril de

2023, o artigo prevê a instituição de uma nova contribuição para substituir os fundos estaduais previamente existentes - e que têm servido como condicional para a obtenção dos benefícios fiscais de ICMS. O prazo para a cobrança será de até 2043, impactando produtos primários e semielaborados, acompanhando o objetivo de recolher recursos para o investimento em infraestrutura e outras pautas de caráter social.

Na contramão do que rege a **Reforma Tributária**?

Para além de dar uma nova face aos fundos estaduais, a priori, a sensação é de que o dispositivo busca resguardar a legitimidade do movimento, apesar de elementos fundamentarem o método como abusivo. Frente ao fantasma da carga tributária, que, vale mencionar, esteve no centro do projeto da reforma como uma mácula a ser contornada, tal continuidade vai amplamente contra a premissa defendida pela **Reforma Tributária**, de assegurar um cenário de equidade fiscal e simplificação. Na prática, para os que esperavam por uma solução definitiva ao tópico, trata-se de uma saída, no mínimo, insatisfatória.

Não será nenhum absurdo, para termos uma dimensão, que uma boa quantidade de fundos acabe avalizada pelo artigo e, portanto, continue em rigor. Mesmo com diferenciações, é de comum acordo que os fundos estaduais estão em dissonância com o que o modelo tributário brasileiro carece, indo na contramão do que se tem debatido à exaustão.

Já no meio empresarial, as perspectivas estão direcionadas para as repercussões econômicas. Se por um lado, existe um sinal positivo à simplificação com a unificação de **impostos**, a tributação de exportações através das contribuições assusta. Se considerarmos a incidência dos fundos, que recai desde a origem do item à produção, a contradição também se estende para o enfrentamento da cumulatividade.

Resumidamente, não há como negar que o assunto deverá ser retomado seguindo um viés criterioso, de modo a elucidar como a União visualiza a sobrevivência dos fundos estaduais na figura de uma nova e polêmica contribuição. Enquanto organizações se mobilizam para preservar o aproveitamento de seus benefícios fiscais, a tendência é de que muita água escoe por debaixo desta ponte, entre resoluções que precisam, invariavelmente, apontar para um sistema tributário efetivamente isonômico, sem exceções.

*Karen Semeone é advogada especialista em Direito Tributário na Systax, colunista, palestrante, instrutora de cursos e treinamentos na área tributária e coautora da obra Mulheres no Direito Vol. I - O Poder de uma

mentoria , pela Editora Leader

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/a-polemica-dos-fundos-estaduais-e-o-que-preve-a-reforma-tributaria,0c991d52efd5d849dc699c1ce2bdeec6yibx0y5y.html>

Por que os ricos pagam menos impostos que os mais pobres?

Por Ana Beatriz Bartolo, Valor - São Paulo

06/09/2023 06h01 Atualizado há 27 minutos

A **reforma tributária** e a taxação de produtos financeiros colocaram a cobrança de **impostos** do Brasil no centro de diversas discussões, especialmente sobre como torná-la mais justa para os cidadãos, em especial os mais pobres. Mas, uma vez que a tributação é baseada na renda, e não em investimentos ou reservas de capital, o que se observa é que os mais ricos acabam sendo beneficiados pelo sistema.

"O problema é que a tributação, do ponto de vista do imposto de renda, é baseada na classe média, que é remunerada via o emprego, mas acaba deixando de tributar quem tem uma capacidade maior de alocar seu patrimônio em rendimentos", diz o pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV Direito SP, Thiago Sorrentino.

Uma pesquisa realizada pelo Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco) indica que a diferença entre a forma que o Brasil tributa a renda resultado do trabalho e a proveniente de reservas de capital faz com que a alíquota efetiva seja maior para classes mais baixas e menor para as mais altas.

Na prática, uma pessoa que possui uma renda mensal entre 5 e 7 salários-mínimos paga uma alíquota efetiva de 5,98%, enquanto alguém que ganha entre 240 e 320 salários-mínimos paga 5,31%. Já quem recebe mensalmente entre 15 e 20 salários-mínimos paga uma alíquota efetiva de 11,25%, segundo o Sindifisco.

Os dados foram recolhidos com base nas declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física do exercício de 2022, como ano calendário de 2021, publicados pela **Receita Federal** em junho de 2023.

"Um dos motivos da distorção é que a classe média usualmente recebe salário como única fonte de renda, que é tributada pelo imposto de renda. Por sua vez, os ricos tendem a receber um salário fixo (pró-labore) baixíssimo, mas a maior parte da sua renda é recebida como dividendos, que são livres de **impostos**", explica Rafael Lima, gerente sênior de Tax da Mazars.

Os números recolhidos pelo Sindifisco mostram que, na faixa de pessoas que recebem mais de 240 salários-mínimos mensais, cerca de 71% dos seus rendimentos são classificados como "renda isenta e não tributável", ao passo que para as faixas de renda inferiores, entre 1 e 2 salários-mínimos mensais, aproximadamente 10% correspondem aos rendimentos isentos e não tributáveis.

No gráfico abaixo, é possível observar a relação entre a porcentagem de renda líquida tributável na renda total declarada (RTL/RT) e a porcentagem de renda isenta e não tributável na renda total declarada (Isentos/RT).

Os dados recolhidos pelo Sindifisco também mostram que, comparado com 2019, as classes mais baixas passaram a pagar mais **impostos**, considerando a alíquota efetiva, enquanto os mais abastados pagaram menos.

Sorrentino também explica que as classes mais abastadas conseguem pagar menos **impostos** porque eles possuem uma capacidade maior de aplicar o dinheiro em diferentes produtos, normalmente com menor incidência ou nenhuma tributação, enquanto pessoas com menos capital, que tentam obter uma renda passiva, possuem opções mais limitadas de produtos de investimentos.

Como consequência, Sorrentino diz que isso gera desconfiança no sistema tributário. "Isso faz com que as pessoas entendam que o não pagamento de **tributos** é justificável. É preciso que todos sejam tributados para gerar uma maior confiança no sistema, para que quem ganha pouco veja que quem ganha muito está pagando a sua parte de **impostos**", diz Sorrentino.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/09/06/por-que-os-ricos-pagam-menos-impostos-que-os-mais-pobres.ghtml>

Empresários lutam contra "chuva de impostos" - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

Último prazo para apresentação de emendas à proposta que impõe cobrança de imposto de renda aos incentivos concedidos nos estados, esta quarta-feira mobiliza todo o empresariado. A ideia é que se apresente, no mínimo, um "refis" para que eles possam pagar a perder de vista o que chamam de "chuva de impostos". A avaliação de muitos que consultaram advogados é de que o caso de cobrança de IR nessas subvenções vai terminar na Justiça. A não ser que se chegue a um acordo quando a proposta for a voto.

Da parte do governo, a ordem é pressionar os parlamentares no seguinte sentido: se não houver aprovação das propostas relativas à arrecadação, vai ficar difícil cumprir a liberação de emendas parlamentares. Porém, muitos congressistas se sentem pressionados por todos os lados, porque se taxar quem produz, a criação de emprego e crescimento econômico ficará comprometida.

A hora da verdade I

A senadora Tereza Cristina (PP-MS) está com um pedido pronto para promover uma audiência pública na Comissão Relações Exteriores do Senado. Ela quer chamar as autoridades para saber por que o governo Lula não dá sinais de que quer vencer os impasses para a assinatura do acordo Mercosul-União Europeia.

A hora da verdade II

Os negociadores europeus virão ao Brasil, na próxima semana, para uma reunião no Itamaraty a fim de tentar resolver os impasses - especialmente em torno das cláusulas ambientais. Acontece que o governo brasileiro tem colocado, também, a abertura das compras governamentais como parte desses entraves.

Pau que dá em Chico...

... dá em Francisco. Da mesma forma que os europeus poderão participar de licitações para fornecer produtos ao governo brasileiro, o acordo pode abrir um mercado de R\$ 1 trilhão para os produtos brasileiros.

E a reforma, hein?

Conforme esta coluna antecipou há vários dias, o PP receberá o Ministério dos Esportes, reforçado por programas voltados à juventude e ao empreendedorismo. É o governo Lula se rendendo à realidade de que não se administra sozinho, nem sem atender aos novos aliados que têm votos no Congresso.

CURTIDAS

Alô, ICMBio! Alô, Ibama!/ Quem pretende passar o feriadão no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros pode se preparar: logo na chegada, o visitante terá que assistir um vídeo onde está dito com todas as letras: "Você é o único responsável pela sua segurança". E mais: o parque não tem serviço de resgate. Qualquer problema, o visitante é obrigado a contactar o Corpo de Bombeiros. Também não há ambulância nem socorrista.

Alô, fiscalização!/ Não tem ambulância, mas há um serviço de van interno que cobra R\$ 25 na ida e R\$ 40 na volta da área das cachoeiras, fora os R\$ 40 do ingresso do parque. E mais: os comprovantes oficiais de matrícula com QR code ou código de barras, válidos para cinemas e shows, não são aceitos. A Parquetur, concessionária do parque, só aceita a carteirinha da UNE, que não é mais obrigatória. A reclamação está geral.

A la Judiciário/ O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas (foto), decidiu seguir o modelo que o Poder Judiciário adotará para o feriado: sem ponto facultativo. Seja hoje ou na sexta-feira.

Marco Maciel/ O jornalista Magno Martins autografa seu mais novo livro, O Estilo Marco Maciel, em 26 de setembro, no Salão Nobre do Senado, com histórias inéditas sobre como o ex-vice-presidente da República encarava a política.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/06/all.pdf>

O Brasil se tornou o país das reformas - e isso é ótimo - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Os economistas tendem a olhar para o Brasil com pessimismo, mas é preciso fazer justiça aos avanços alcançados nos últimos anos. Desde 2015, o país colocou para andar uma série de reformas que melhoraram tanto as contas públicas quanto o ambiente de negócios. Entre elas, para citar apenas as mais visíveis, estão as novas regras trabalhistas e previdenciárias e os marcos regulatórios que destravaram investimentos em áreas sensíveis como saneamento. Também é preciso reconhecer que, a despeito da desconfiança da maioria dos economistas, o governo Lula, especialmente o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem demonstrando algum nível de preocupação com a questão fiscal - o arcabouço está aí para confirmar tal percepção. Agora chegou a vez de a **reforma tributária** desatar o nó dos **impostos**, e parece haver disposição sincera em Brasília para levá-la adiante. É inegável que o Brasil tem sérios problemas a resolver, mas também se deve admitir que o horizonte ficou menos turbulento.

Para gestor, Haddad é uma "voz dissonante no governo"

O maior temor do mercado financeiro em relação à agenda econômica da gestão Lula diz respeito à situação fiscal. Segundo o gestor de um dos maiores fundos de investimentos do Brasil, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, parece ser o único integrante do governo preocupado com a questão dos gastos públicos. "Haddad entendeu que, sem responsabilidade fiscal, não há crescimento", diz "O problema é que ele tem sido uma voz dissonante em uma administração inclinada a gastar inclusive o que não tem."

Decolar e CVC crescem após crise da 123Milhas

A crise da 123 Milhas, que entrou há alguns dias em recuperação judicial, deverá impulsionar os resultados da concorrência. A agência Decolar projeta agora crescer 20% em 2023 na comparação com 2022. Na CVC, maior operadora de turismo do país, as vendas aceleraram desde que o mercado descobriu os problemas da 123Milhas - a procura por pacotes para a Europa, por exemplo, aumentou 36%. Especialistas dizem que o episódio deverá levar os consumidores a buscar agências tradicionais.

Produção industrial decepciona

Se na semana passada o **PIB** trouxe uma surpresa positiva para a economia brasileira, desta vez o resultado da produção industrial causou certo desânimo e mostrou que o caminho para a plena recuperação será longo. Em julho, a produção das indústrias brasileiras caiu 0,6% em comparação com junho, conforme dados do IBGE. O desempenho foi pior do que o esperado pelos economistas, que previam queda de 0,4%. Na comparação anual, a performance foi ainda mais fraca, com recuo de 1,1%.

Rapidinhas

» O biogás, um tipo de biocombustível produzido a partir de materiais orgânicos, está em alta no Brasil. De acordo com o Centro Internacional de Energias Renováveis e Biogás (CIBiogás), 114 unidades do tipo foram inauguradas no país em 2022, um acréscimo de 15% em relação ao ano anterior. Atualmente, 936 plantas operam no país.

» Até Warren Buffett está de olho em energia renovável. O megainvestidor americano, famoso por seus investimentos no pouco sustentável mercado de óleo e gás, desembolsou US\$ 500 milhões em projetos ligados a fontes solares. Depois de dizer que "estudou a fundo o assunto", Buffett decidiu se render à nova era ambiental.

» A rede de academias Smart Fit assinou contrato com o Comitê Olímpico Brasileiro para patrocinar o "Time Brasil" nas principais competições esportivas, incluindo a Olimpíada de Paris, em 2024. A empresa pretende acelerar seu plano de expansão. No primeiro semestre, o número de unidades abertas avançou apenas 4% diante de igual período de 2022.

» A alta demanda dos brasileiros levará a Qatar Airways a aumentar a frequência de voos diários que conectam São Paulo a Doha. Serão três, e não mais duas decolagens por dia. As viagens internacionais estão em alta: em julho, os brasileiros gastaram US\$ 1,3 bilhão no exterior, o maior patamar para o mês desde 2019.

85 milhões de empregos deixarão de ser preenchidos até 2030 por falta de profissionais capacitados,

segundo pesquisa da consultoria Korn Ferry

Se faltar dinheiro, você certamente vai cancelar o serviço de streaming.

No entanto, ninguém vai cancelar a água" Louise Barsi, economista, educadora financeira e filha de Luiz Barsi, um dos maiores investidores individuais da bolsa brasileira, explicando por que investe em ações de companhias da área de saneamento

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/06/all.pdf>

O dever de cortar gastos. (Editorial)

A aprovação do arcabouço fiscal proporcionou ao governo uma folga temporária para elaborar o Orçamento de 2024 com mais flexibilidade. Com o antigo teto de gastos, o Executivo não teria espaço para garantir um aumento real de despesas e seria obrigado a promover severo corte nos dispêndios discricionários, com riscos para o funcionamento da máquina pública.

O enterro definitivo do teto, por outro lado, ressuscitou os pisos constitucionais de educação e saúde. Entre 2016 e 2023, essas despesas vinham sendo reajustadas pela variação da **inflação**.

Agora, volta a valer o mecanismo de correção definido na Constituição.

No caso da saúde, os gastos precisam corresponder a, no mínimo, 15% da Receita Corrente Líquida (RCL); para a educação, o equivalente a 18% da Receita Líquida de **Impostos** (RLI).

No curto prazo, a pressão já será considerável. De forma imediata, as duas áreas teriam de ter as despesas majoradas em R\$ 18 bilhões neste ano. Este seria o valor proporcional dos pisos, equivalente ao período entre setembro e dezembro, uma vez que o teto de gastos deixou de existir em 31 de agosto - controvérsia a ser discutida com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Já para o ano que vem, não há dúvidas.

Saúde e educação vão consumir R\$ 58,8 bilhões do espaço para ampliação dos gastos no Orçamento, que será de R\$ 129 bilhões. Como mostrou o Estadão, o valor reservado para saúde e educação equivale a 35% da arrecadação adicional de R\$ 168 bilhões necessária para zerar o déficit fiscal em 2024.

Isso, por si só, já seria um problema, uma vez que parte do pacote de medidas tributárias anunciado pelo governo ainda não está em vigor. É o caso da taxação dos fundos exclusivos e offshore e das apostas esportivas, que dependem da aprovação do Congresso Nacional.

Há outras implicações mais sérias no retorno dos pisos constitucionais de saúde e educação no médio e longo prazos. Ao se vincularem às receitas, e não às despesas, os pisos tendem a crescer de forma mais acelerada do que o restante dos gastos.

Ciente do problema, o próprio governo afirmou que pretende enviar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para corrigir esses pisos de outra forma, ainda não definida. O Tesouro Nacional recomendou, por sua vez, que os dispêndios com saúde e educação acompanhem a regra do arcabouço, de forma a impedir o aumento da rigidez orçamentária e a compressão do espaço das demais despesas.

Tal debate impõe um novo desafio ao governo, uma vez que impacta gastos considerados sensíveis para apoiadores e o Congresso. Na discussão do arcabouço fiscal, essa pressão acabou por garantir a exclusão, do alcance da norma, dos pisos salariais dos professores da rede pública e da enfermagem - pressão que certamente voltará quando a discussão dos pisos constitucionais se apresentar.

Há, portanto, excelentes motivos, de ordem fiscal e política, para o governo se antecipar a esse movimento. Como já dissemos neste espaço, gastos com saúde e educação não são mais meritórios que os de outras áreas. Se uma despesa, independentemente de sua natureza, foi incluída no Orçamento- Geral da União, parte-se do princípio de que ela é necessária. A regra do arcabouço, por sua vez, já permite o crescimento dos gastos acima da **inflação**, o que deveria ser mais do que suficiente para acomodar as despesas das duas áreas.

O empoçamento de gastos, que ocorre todos os anos, é sinal de que há mais recursos para saúde e educação do que capacidade de desembolsá-los.

Cumprir a norma e aplicá-los mal, sem vinculação a uma política pública consistente, seria jogar dinheiro fora, verdadeiro desrespeito com a sociedade.

Se ainda assim julgar que é preciso conceder tratamento privilegiado para saúde e educação, ou seja, um reajuste das despesas acima da **inflação**, o governo terá de fazer escolhas, reduzindo os gastos de outras áreas e revendo subsídios e renúncias fiscais - e pagar o preço por elas. Essa é a forma adequada de preservar as rubricas que considera prioritárias e a essência do arcabouço fiscal.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mesmo com queda do lucro, BrasilAgro pagará R\$ 320 milhões em dividendos

Fernanda Pressinott De São Paulo

A BrasilAgro encerrou o ano-safra 2022/23 com lucro líquido de R\$ 268,5 milhões, o que representou um declínio de 48,4% em relação ao ano anterior. A despeito da queda, a empresa comemorou o resultado e, segundo informou ao Valor, decidiu pagar R\$ 320 milhões em dividendos, um montante bem superior ao lucro.

"Saímos de um ano atípico (2021/22) para voltar ao normal, com uma boa margem", afirmou o CEO da companhia, André Guillaumon.

A BrasilAgro atua na produção e comercialização de grãos e fibras, bioenergia e também faz operações de compra e venda de propriedades rurais.

Na temporada 2021/22, a margem líquida da empresa chegou a 26%, um recorde. Já em 2022/23, ela foi de 19%. "No ciclo passado, compramos insumos por preços baixos e vendemos soja e cana a preços recorde. Em 2022/23, foi o contrário: o custo médio de produção cresceu 40% e os preços das commodities recuaram", disse o executivo.

No caso da soja, por exemplo, o custo médio para o plantio, que tinha sido de R\$ 3,8 mil por hectare em 2021/22, subiu para R\$ 5 mil após o início da guerra da Ucrânia.

Para a atual temporada (2023/24), a boa notícia é que, ao que tudo indica, ele ficará próximo a R\$ 4 mil.

Na área de cana, os custos aumentaram 32%, e, não menos importante, a companhia não conseguiu pegar o boom do preço do açúcar - em abril, a cotação da commodity atingiu seu maior patamar em 11 anos. "Todas as usinas compradoras da nossa cana têm o mix 100% alcooleiro. Tivemos ainda um período de mudança na política de combustível, com o fim da paridade do preço do combustível da Petrobras e isso nos prejudicou", afirmou Guillaumon.

Na área agrícola, o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) foi de R\$ 100 milhões. Desse total, R\$ 61 milhões foram provenientes de operações de derivativos, e o restante, da comercialização de quase 2 milhões de toneladas de soja, cana-de-açúcar e, em menor

escala, também de milho e algodão. A receita da divisão foi de R\$ 903,3 milhões.

Já a negociação de fazendas gerou Ebitda de R\$ 346 milhões e receita de R\$ 445,4 milhões. Ao longo da safra passada, a empresa vendeu 12,7 mil hectares, sendo 9,1 mil de área úteis.

"O setor é muito resiliente e precisaríamos de quatro ou cinco anos de preços negativos das commodities para influenciar o valor das terras", diz Guillaumon. O executivo ainda cita que ao longo da safra mais de 7 mil hectares comprados foram transformados em terra agricultável. A receita líquida total da BrasilAgro caiu 9% em relação a 2021/22, a R\$ 1,3 bilhão.

Para 2023/24, a expectativa da empresa é de normalidade no preço das commodities e no custo de produção e de continuidade na valorização das terras.

Câmbio e prêmios é que são uma incógnita. "Com a safra de Brasil e Argentina maior que a dos Estados Unidos, estamos sentindo uma mudança nos prêmios nos portos", diz. "Se antes eles eram positivos, agora são negativos".

"Saímos de um ano atípico (2021/22) para voltar ao normal, com uma boa margem" André Guillaumon

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20230905/>

Instituições elevam projeção de alta do PIB

Anaís Fernandes

Instituições financeiras continuam revisando suas projeções para o crescimento da economia neste e no próximo ano. O Bradesco elevou suas projeções de Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2,1% para 2,7% em 2023 e de 1,5% para 2% em 2024, após a surpresa com o desempenho da atividade no segundo trimestre deste ano.

A equipe liderada por Fernando Honorato Barbosa esperava crescimento de 0,5% do **PIB** no segundo trimestre, ante o primeiro, mas o avanço observado foi de 0,9%.

"As surpresas vieram, essencialmente, de uma melhor performance da agropecuária e do consumo das famílias. Neste segundo semestre, entretanto, os dados conhecidos de atividade e da nossa Pesquisa Empresarial apontam para uma desaceleração gradual", afirma o banco em relatório.

A Santander Asset Management elevou sua projeção para o crescimento do **PIB** de 2,2% para 3%, enquanto a previsão para 2024 subiu de 1% para 1,5%.

"No Brasil, o crescimento do **PIB** voltou a surpreender favoravelmente no segundo trimestre. A expansão de 0,9% superou as previsões, com contribuição positiva dos setores industrial (+0,9%) e de serviços (0,6%), reforçando a percepção de uma economia resiliente", afirma a gestora de recursos na seção de macroeconomia da sua Carta Mensal de setembro.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230905/>

Atividade econômica global desacelera

Jonathan Cable

A atividade econômica global desacelerou ainda mais em agosto, com as empresas do setor de serviços enfrentando dificuldades em razão da demanda fraca, com os aumentos dos preços e dos custos dos empréstimos obrigando os consumidores endividados a conterem seus gastos, segundo uma série de pesquisas de atividade divulgadas ontem.

Na zona do euro, o quadro foi mais negativo do que se pensava inicialmente, com o importante setor de serviços caindo em território de contração, sugerindo que o bloco poderá entrar em recessão.

O setor de serviços da Alemanha encolheu pela primeira vez neste ano e o da França encolheu mais do que o inicialmente esperado.

No Reino Unido, fora do bloco europeu, os dados apontaram a maior desaceleração na atividade econômica em sete meses.

Na Ásia, as pesquisas de agosto também mostraram maior pessimismo, com a atividade do setor de serviços da China crescendo no ritmo mais lento em oito meses. A fraca demanda continua a afetar a segunda maior economia do mundo, enquanto o crescimento da Índia perdeu alguma força.

O Japão foi uma exceção, com a atividade em seu setor de serviços crescendo no ritmo mais acelerado em três meses, sustentada por gastos robustos do consumidor, e com o setor de turismo recuperando seu dinamismo.

As ações globais caíram ontem, com as fracas leituras reacendendo as preocupações com a desaceleração da China no pós-pandemia.

"Os dados econômicos mais fracos vindos da Ásia deram o tom do sentimento do mercado", observaram economistas do Royal Bank of Canada (RBC).

O índice de atividade composto final da zona do euro compilado pelo Hamburg Commercial Bank (HCOB) e S P Global, um barômetro da saúde econômica em geral, caiu de 48,6 pontos em julho para 46,7 em agosto, menor leitura desde novembro de 2020.

Isso ficou abaixo da marca de 50 pontos, que separa o crescimento da contração, pelo terceiro mês seguido.

Segundo a S P Global, os dados apontam para uma contração de 0,1% no **PIB** da zona do euro neste trimestre.

O índice de atividade do setor de serviços do bloco encolheu de 50,9 pontos para 47,9, com o índice de novos negócios, uma medida da demanda, caindo ainda mais, de 48,2 pontos para 46,7, o mais baixo desde o começo de 2021.

As leituras do PMI de serviços para Reino Unido, Alemanha, França, Itália e Espanha ficaram todas abaixo de 50.

O PMI do setor de serviços da China medido pela Caixin/S P Global caiu de 54,1 pontos em julho para 51,8 em agosto, a menor leitura desde dezembro, quando a covid-19 confinou muitos consumidores às suas casas.

Os dados estão bastante alinhados ao PMI de serviços oficial divulgado na semana passada, que mostrou que o setor continuou em uma tendência descendente.

As ações chinesas caíram após o anúncio dos dados, que esfriaram o frágil otimismo motivado pelas mais recentes medidas de estímulo do governo chinês.

As condições gerais na Índia permaneceram fortes, embora seu índice de atividade tenha caído de 62,3 pontos para 60,1. O índice do Japão contrariou a tendência e subiu de 53,8 pontos para 54,3.

"O Banco do Japão ficará animado com os sinais de aumento do nível de emprego no setor de serviços, mas preocupado com a persistência da pressão dos custos", diz Duncan Wrigley da Pantheon Macroeconomics. "Mas o índice industrial ainda aponta para uma queda da atividade e o Japão está longe de alcançar uma trajetória de crescimento sustentado impulsionado pela demanda interna."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20230905/>

AL e Caribe seguem presos em dinâmica de baixo crescimento, diz Cepal

Pedro Borg e Fernanda Simas

Os países da América Latina e do Caribe continuarão a sofrer com um baixo crescimento econômico neste ano e no próximo, refletindo a fraqueza no ritmo de expansão e no comércio global, mostram projeções revisadas divulgadas ontem pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Segundo a entidade ligada à ONU, a região deve crescer 1,7% em 2023 e 1,5% em 2024.

A projeção para este ano representou uma pequena melhora em relação à previsão de abril, quando a Cepal estimava um crescimento de 1,2%. Isso foi atribuído ao melhor desempenho das maiores economias, Brasil e México, nos primeiros meses do ano. No entanto, a projeção para o ano ficará bem abaixo da expansão de 3,8% de 2022.

"A produtividade e os investimentos estão estancados há décadas, esse é um problema histórico", diz Cecilia Vera, coordenadora da área de projeções econômicas da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Cepal. Para a região voltar a um crescimento mais dinâmico é preciso que os países melhorem sua produtividade e invistam melhor. "Nesse ponto, a questão da mudança climática é um desafio, mas oferece uma oportunidade", avalia Vera, ressaltando a existência de grandes recursos naturais estratégicos para a transição energética em países como Brasil, Colômbia, Chile e Argentina.

Ela destaca a exploração de lítio no Chile, que levou a grandes ingressos em 2022. Mesmo assim, a projeção para o país é de contração da economia de 0,3% neste ano, com o Chile voltando a crescer em 2024, ao redor de 1,8%.

Segundo José Manuel Salazar-Xirinachs, secretário executivo da Cepal, o cenário de crescimento baixo não permitirá "que a região dê saltos qualitativos", e isso terá um impacto negativo sobre o mercado de trabalho. Ele prevê uma desaceleração na criação de empregos em 2023 e um aumento no desemprego em 2024.

O contexto internacional deverá continuar a ser desfavorável, com o **PIB** mundial e o crescimento do comércio bem abaixo das médias históricas. Por sua

vez, internamente, se mantém o espaço reduzido para políticas macroeconômicas, fiscais e monetárias", afirmou Salazar.

Os países da América Latina precisam ficar atentos à crise imobiliária na China. Segundo Vera, a desaceleração do setor no país asiático tem grande impacto na região latina. "O setor da construção representa 30% do **PIB** da China, país que demanda muitas commodities de nossa região. Uma desaceleração lá impactará os países que dependem muito da China." Segundo a Cepal, a falta de espaço fiscal poderá esbarrar em maior demanda por gastos sociais e investimentos na América Latina e no Caribe, sugerindo que governos locais trabalhem em maneiras de aumentar a arrecadação.

Apesar do cenário pouco otimista, a Cepal disse no relatório que a queda nos preços de energia e alimentos é positiva para as perspectivas de **inflação**, com tendência de queda para 2023 e 2024, o que pode afetar as taxas de juros.

Para o Brasil, a Cepal fez uma revisão de 1,7 ponto percentual neste ano, projetando uma alta de 2,5% para 2023 e de 1,4% em 2024.

Parte dessa alta pode ser creditada à força do consumo privado no país, o único da região a registrar crescimento no setor no 1º trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Cepal também destacou o fato de que o Brasil já começou o movimento de queda nas taxas de juros e disse prever que o país seguirá essa tendência nos próximos meses devido a uma queda sustentada da **inflação**. Para Vera, esses fatores são determinantes porque "ajudam nos ingressos reais das pessoas, como no aumento real do salário".

"Fizemos um ajuste porque, até agora, o país mostrou uma resiliência que não esperávamos".

Na contramão do Brasil, a Cepal prevê uma retração de 3% na Argentina em 2023 e uma queda de 1,6% na economia do país, que sofre com **inflação** acima de 110% e vive período eleitoral turbulento, além de ter atravessado uma das piores secas da história.

O resultado é pior do que a projeção feita pela

entidade em abril, quando se previa uma retração de 2% da economia em 2023. No entanto, a questão energética pode ajudar a Argentina em sua recuperação econômica.

"O país depende da importação de combustíveis, mas com a inauguração do gasoduto [Néstor Kirchner] será muito menos dependente.

Isso vai ajudar a Argentina a ser menos dependente da entrada de dólares do exterior. Qualquer setor que traga moeda estrangeira, que chame investimentos, ou leve a exportações, vai ser bom para o país", explica Vera.

"Produtividade e investimentos estão estancados há décadas" Cecilia Vera

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230905/>